

Secretaria
Internacional
do Trabalho



VENCENDO MOINHOS DE VENTO

A Experiência do Projeto Cata-Vento de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

VENCENDO MOINHOS DE VENTO

A Experiência do Projeto Cata-Vento de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil



Fórum Paulista
de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

As publicações da Secretaria Internacional do Trabalho gozam de proteção dos direitos de propriedade intelectual, em virtude do protocolo 2 anexo à Convenção Universal sobre Direitos do Autor. Não obstante, certos resumos breves destas publicações podem ser reproduzidos sem autorização, com a condição de que se mencione a fonte. Para obter direitos de reprodução ou de tradução deve-se enviar solicitações correspondentes ao Escritório de Publicações (Direitos do Autor e Licenças), Secretaria Internacional do Trabalho, CH-1211 Genebra 22, Suíça, solicitações que serão bem-vindas.

Vencendo Moinhos de Vento / A Experiência do Projeto Cata-Vento de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - Relatório da Sistematização da Experiência (São Paulo), OIT - Secretaria Internacional do Trabalho, 2007. 116 p. :il

978-92-2-819855-3 (Impresso)
978-92-2-819856-0 (web pdf)

1. Trabalho Infantil. 2. Educação. 3. Adolescentes. 4. Brasil. I. Fundação Orsa. II. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC).

As denominações empregadas, conforme a prática das Nações Unidas, e a forma como se apresentam os dados nas publicações da OIT não implicam nenhum juízo por parte da Secretaria Internacional do Trabalho sobre a condição jurídica de nenhum dos países, zonas ou territórios citados ou de suas autoridades, tampoco à delimitação de suas fronteiras. A responsabilidade das opiniões expressas nos artigos, estudos e outras colaborações assinadas incumbe exclusivamente a seus autores e sua publicação não significa que a OIT as sancione.

As referências à empresas, processos ou produtos comerciais não implicam aprovação alguma pela Secretaria Internacional do Trabalho e o fato de não mencionar empresas, processos ou produtos comerciais não implica em nenhuma desaprovação.

Os recursos para esta publicação foram fornecidos pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos (USDOL). Esta publicação não reflete, necessariamente, as políticas do seu financiador ou de seu apoiador. De igual maneira a menção de marcas, produtos comerciais ou organizações não implica em qualquer forma ou endosso do Governo do Brasil ou dos Estados Unidos da América.

As publicações da OIT podem ser obtidas no escritório para o Brasil: Setor de Embaixadas Norte, Lote 35, Brasília - DF, 70800-400, tel.: (61) 426-0100, nos escritórios locais de vários países, ou solicitando a: Las Flores 275, San Isidro, Lima 27 – Peru. Apartado 14-24, Lima, Peru.

Visite nosso site: www.oit.org.pe/ipec

ADVERTÊNCIA: O uso de um idioma que não discrimine e nem marque diferenças entre homens e mulheres é uma das preocupações de nossa Organização. Porém, não há acordo entre os lingüistas sobre a maneira de fazê-lo em nosso idioma. Desta forma, com o propósito de evitar a sobrecarga gráfica necessária em português para marcar a existência de ambos os sexos, nós optamos por usar o masculino genérico clássico, subentendendo que todas as menções em tal gênero sempre representam a homens e mulheres.

FICHA TÉCNICA

Grupo Orsa de Papel e Celulose

Presidente: Sérgio Antonio Garcia Amoroso

Fundação Orsa

Gerente Geral: Olavo Gruber Neto

Coordenadora de Operações Técnicas: Ione Souza

Esta publicação foi concebida pela equipe do **Projeto Cata-Vento**, com a participação dos diversos segmentos sociais dos cinco municípios participantes do Projeto.

Coordenador: Edmilson Selarin Junior

Equipe: Edson Mauricio Cabral, Linda

Simone Mallak, Luciano Silva,

Maria Ângela Santana, Maria Isabel

Rebolho Rego e Sandra Elias

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)

Programa de Duração Determinada (PDD)

Diretora do Escritório da OIT no Brasil

Laís Abramo

Coordenador Nacional do IPEC

Pedro Américo Furtado de Oliveira

Coordenador de Projetos do IPEC

Renato J. Mendes

Equipe Técnica do IPEC no Brasil
Cynthia Ramos, Oficial de Projeto
Daniel Borges, Assistente
Hugo Rosa Conceição, Assistente de Projeto
Maria Cláudia Mello Silva Falcão, Oficial de Projeto
Paula Fonseca, Assistente de Projeto
Rodrigo Peixoto Moreira Penna, Assistente de Projeto
Thaís Dumênt Faria, Oficial de Projeto
Thaís Fortuna, Assistente de Projeto

Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador
Coordenação Colegiada – Gestão 2005/2007

SENAC/SP – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Sérgio de Oliveira e Silva

FECESP – Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo
Paulo José de Lara Dante

COERTI - Comissão pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho Juvenil na Região Citrícola do Estado de São Paulo
Silvia de Paula Vendramin Brunetti

Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho 2ª Região SP
Maria José S. C. Valle

Municípios Cata-Vento

Prefeitura Municipal de Campinas
Prefeito: Hélio de Oliveira Santos
Articuladora do Projeto: Antonia C. C. Miranda

Prefeitura Municipal de Caragatatuba
Prefeito: José Pereira de Aguiar
Articuladora do Projeto: Francisca Isabel Dória

Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos
Prefeito: Jorge Abissamra
Articuladora do Projeto: Elisabete Bento de Souza Santos

Prefeitura Municipal de Itapeva
Prefeito: Luiz Antonio Hussne Cavani
Articuladoras do Projeto: Lúcia de Fátima Stuart e Sueli de Fátima R. Santos Rezende

Prefeitura Municipal de São Paulo
Prefeito: Gilberto Kassab
Sub Prefeitura de São Mateus
Sub Prefeito: Clóvis Luiz Chaves
Articuladores do Projeto: James Lemos Abreu e Marlene S. Silva

Texto: José Cláudio Barros
Supervisão Editorial: Rodrigo Bueno
Projeto Gráfico: Thiago Silvestrini
Diagramação: DPequeno
Impressão: People Copy Soluções Gráficas



PARCEIROS

Campinas

Prefeitura Municipal de Campinas – Secretaria da Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social, Secretaria de Educação; Comissão Municipal do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Campinas; Ministério do Trabalho e Emprego – Sub Delegacia Regional de Campinas; Centro Promocional Tia Ileide; Fundação Orsa/Formação Campinas; Obra Social São João Bosco; Casa Maria de Nazaré; Associação Projeto Quero-Quero; Diretoria de Ensino Região de Campinas Oeste

Caraguatatuba

Prefeitura Municipal de Caraguatatuba – Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação; Secretaria de Esportes e Recreação; Secretaria de Saúde; FUNDACC - Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba/CEPROLIN – Centro de Educação Profissional do Litoral Norte; Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Caraguatatuba

Ferraz de Vasconcelos

Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos – Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social, Secretaria de Educação; Secretaria de Saúde; Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil dos Municípios do Alto Tietê; Associação Beneficente a Criança Desamparada Laços Eternos; Centro de Apoio Ação e Transformação “OIAEU”; Associação Cultural e Social Redenção Plena; Comunidade Kolping de Vila Santo Antonio; Serviço Promocional Nossa Senhora Aparecida; Associação Evangélica Brasileira Ágape; Obra Filantrópica e Missionária de Assistência Social “Betânia” Lar da Criança

Itapeva

Prefeitura Municipal de Itapeva – Secretaria de Educação, Secretaria de Ação Social, Secretaria de Agricultura; Secretaria de Cultura; Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Itapeva e região; Fundação Orsa/Projeto Bandeira; ADESAI – Associação para Desenvolvimento Educacional e Social do Adolescente de Itapeva

São Paulo

Prefeitura Municipal de São Paulo – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

Sub Prefeitura de São Mateus – Coordenadoria de Assistência Social e Desenvolvimento, Coordenadoria de Educação; Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da região de São Mateus; Obra Social da Paróquia de São Mateus Apóstolo; Sociedade Instrução e Socorros; Ação Comunitária Paroquial do Jardim Colonial; Ação Social São Mateus; Assistência Social A Colméia; Associação Comunitária e Beneficente Pe. José Augusto Machado Moreira; Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paulo da Cidade de São Paulo; Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto; Conselho Tutelar de São Mateus

COLABORADORES

Comissão Estadual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Cooperativas de Costura e Produtos Artesanais de Apiaí; Escola de Governo/IPESG; Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo; Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social; Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho e Emprego – Delegacia Regional de São Paulo e Sub Delegacia de São Carlos; Prefeitura Municipal de Sumaré; Save the Children; SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; SEADS – Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social; Sedes Sapientiae; SENAR – Secretaria Nacional de Aprendizagem Rural; Specto – Instituto para o Desenvolvimento Social e Humano; UNITRABALHO; CUT – Central Única dos Trabalhadores; ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância; Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente; CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária; Ministério Público do Trabalho – 2ª e 15ª Região; CONDECA/SP – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; FECESP – Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo; ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo; APTA – Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios; COERTI – Comissão pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho Juvenil na Região Citrícola do Estado de São Paulo; Instituto Âmbar; NEPP – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP; Faculdade de Serviço Social da PUC de Campinas; FEAC – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas; Casa Beija Flor de Caraguatatuba; Escola de Administração Fazendária – Programa Nacional de Educação Fiscal; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

REALIZAÇÃO

OIT – Organização Internacional do Trabalho; Fundação Orsa; Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador



APRESENTAÇÃO

Entre os grandes desafios a serem superados no País, está a erradicação do trabalho infantil, presente no cotidiano de nossas crianças dos campos e das cidades. Nestas, o aumento do desemprego estrutural, ocorrido em grande escala na última década, suprimiu das crianças a fase fundamental de sua formação para a vida adulta – o direito à infância e aos primeiros anos escolares.

O trabalho infantil no Brasil, ao longo da sua história, nunca foi representado como fenômeno negativo na mentalidade da sociedade brasileira. Até a década de 80, o consenso em torno desse tema estava consolidado para entender o trabalho como um fator positivo no caso de crianças que, dada sua situação econômica e social, viviam em condições de pobreza, de exclusão e de risco social. Era consenso em todas as classes sociais, inclusive a mais pobre, de que o uso de criança no trabalho era uma solução a pobreza.

A partir do final da década de 80, a percepção vigente sobre o trabalho infantil começou a ser questionada no Brasil. A pressão internacional sobre o tema do trabalho infantil e a apropriação de um novo discurso por parte de alguns grupos e instituições constituíram o início de um processo de mudança conceitual significativa.

Promulgou-se a nova Constituição Federal em 1988 e, com ela, a aceitação constitucional dos Direitos da Criança, iniciando-se, assim, a elaboração e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, harmonizados com as atuais disposições da Convenção dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU).

Desde a década de 90, a sociedade civil vem empreendendo esforços para assumir, em conjunto com o poder público, as formas de criação e controle de políticas sociais que assegurem os direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes brasileiros. Esses esforços foram fortalecidos por agências financiadoras de projetos sociais e por organizações internacionais, com destaque especial para a Organização Internacional do Trabalho - OIT por meio do IPEC – Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil, implantado no Brasil em 1992. O programa, articulado com o movimento mundial contra o trabalho infantil, contribuiu para que o tema fosse incluído na agenda política do governo federal, das organizações de empregadores e trabalhadores, ressaltando a parceria entre o UNICEF e a OIT para a criação, em 1994 do Fórum Nacional

de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) e, conseqüentemente, os Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, possibilitando a participação de representantes de entidades de empregadores, de trabalhadores, da sociedade civil e do poder público com o objetivo de articular, mobilizar e sensibilizar a sociedade brasileira para zelar pelo cumprimento da legislação e desenvolvimento dos programas e políticas públicas que levem à erradicação efetiva do trabalho infantil.

Em 1996, o Governo Federal criou o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, com o objetivo de retirar crianças e adolescentes do trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante.

Em 1999, a OIT aprovou a Convenção 182 que dispõe sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. Nasceu da consciência de que, embora todas as formas de trabalho infantil abaixo da idade permitida sejam indesejáveis, algumas são hoje absolutamente intoleráveis e demandam ações imediatas em caráter de urgência, por parte dos países-membro que a ratifiquem.

Sendo assim, e diante da incontestável natureza dessa Convenção, ela foi adotada praticamente de forma unânime. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a ratificá-la em 2 de fevereiro de 2000 e entrou em vigor no País um ano depois.

No âmbito dessa convenção, o Ministério do Trabalho e Emprego criou uma Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), composta por representantes do governo, do Ministério Público do Trabalho, da sociedade civil, dos trabalhadores e empregadores. Foi no contexto dessa comissão que o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador foi elaborado e está vigendo desde 2003.

Para contribuir com a execução do Plano Nacional, a OIT/IPEC implementou o Programa de Duração Determinada – PDD, que tem como principal estratégia a integração e coordenação de políticas e projetos para a prevenção e erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil.

O PDD objetiva a criação de políticas e condições institucionais e sociais necessárias para o combate do trabalho infantil. Dentre os enfoques de intervenção do Programa estão a prevenção de entrada de crianças e adolescentes nas piores formas, a retirada



daquelas que estão nessa situação, a inclusão social, comunitária e familiar e a proteção de adolescentes trabalhadores contra exploração e atividades perigosas, garantindo sua participação adequada no mercado de trabalho.

As estratégias de prevenção e proteção incluem intervenções orientadas a políticas de sensibilização, reforma legislativa e aplicação das leis, educação, emprego e proteção social, assim como medidas específicas para maior fiscalização a nível local e comunitário. Por sua vez, as intervenções de retirada e reabilitação, em sua maioria, correspondem a medidas diretas no âmbito local e comunitário.

Foi nesse contexto que as ações do PDD se desenharam para o Estado de São Paulo, onde a luta pela erradicação do Trabalho Infantil acompanhou a luta nacional, tendo como marcos principais a instituição dos pactos setoriais em cadeias produtivas, a partir do ano de 1996; a criação do Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador no ano de 1999 e a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI no ano de 2000.

Nasce, portanto o Projeto Cata-Vento, uma série de Programas de Ação piloto de intervenção direta com crianças, adolescentes e famílias, envolvidos nas atividades de economia agrícola em regime familiar, no trabalho informal urbano, no trabalho infantil doméstico, na exploração sexual comercial e no tráfico de drogas, em cinco estados do Brasil: Paraíba; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul; Maranhão; São Paulo.

A abordagem do Projeto Cata-Vento do PDD é:

- Retirar e prevenir crianças e adolescentes da situação de trabalho ou exploração e inseri-las no contexto comunitário, familiar e social. Com isso pretende-se desenvolver um sistema de referência para o atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias, pelo fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos e pelo fomento da integração dos programas sociais existentes.
- Proporcionar alternativas para a educação, incluindo crianças retiradas do trabalho na educação formal e fortalecendo o sistema de educação não-formal.
- Desenvolver alternativas de geração de trabalho e renda, também via inclusão em programas de transferência de renda e qualificação de mão-de-obra dos membros adultos das famílias.

O Projeto Cata-Vento tinha como pressuposto não somente o fortalecimento dos Fóruns de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, como também sua participação ativa na discussão das ações e escolha da organização membro do fórum que assumiria o papel de entidade implementadora do Projeto. No Estado de São Paulo a organização referendada para a gestão do Projeto foi a Fundação Orsa, devido a sua experiência no trabalho social, sua capilaridade no Estado e sua participação ativa no referido Fórum.

O Projeto, após um longo processo de consulta quadripartite sobre a área geográfica de incidência e construção dos objetivos, resultados e atividades no âmbito do fórum, com duração prevista de dois anos, teve sua implantação oficial em Agosto de 2004, sendo desenvolvido até Dezembro de 2006. Foi implementado em cinco municípios do Estado: Campinas, São Paulo (região de São Mateus), Ferraz de Vasconcelos, Itapeva e Caraguatatuba.

Esta publicação objetiva sistematizar o processo de construção e desenvolvimento coletivo vivido por todos os atores e segmentos sociais envolvidos na experiência, ressaltando suas aprendizagens e desafios. Nela será possível ter um contexto do problema no Estado de São Paulo, a situação encontrada nos municípios, os princípios conceituais que balizaram o desenvolvimento do trabalho, os pressupostos metodológicos, as principais ações desenvolvidas; as ameaças, oportunidades, fortalezas e fragilidades; os principais produtos e resultados alcançados; as lições aprendidas e boas práticas.

Esperamos, com essa publicação não somente registrar o processo participativo e empenho dos atores sociais, notadamente do poder público e de toda equipe dos municípios e do Estado, mas também disseminar para os diversos outros segmentos o dever do compromisso, e acima de tudo, a satisfação de fazer parte dessa luta pela erradicação do trabalho infantil no Estado de São Paulo e no Brasil.

**OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E FÓRUM
PAULISTA DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL**



O MENINO AZUL

Cecília Meireles

*O menino quer um burrinho
para passear.*

*Um burrinho manso,
que não corra nem pule,
mas que saiba conversar.*

*O menino quer um burrinho
que saiba dizer
o nome dos rios,
das montanhas, das flores,
- de tudo o que aparecer.*

*O menino quer um burrinho
que saiba inventar histórias bonitas
com pessoas e bichos
e com barquinhos no mar.*

*E os dois sairão pelo mundo
que é como um jardim
apenas mais largo
e talvez mais comprido
e que não tenha fim.*

*(Quem souber de um burrinho desses,
pode escrever
para a Rua das Casas,
Número das Portas,
ao Menino Azul que não sabe ler.)*

SUMÁRIO

Introdução	16
Vencendo Moinhos de Vento	
O Contexto do Trabalho Infantil no Estado de São Paulo	18
Os pactos setoriais	
O Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil	
Implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Estado	
O problema nos municípios de intervenção	22
Campinas	
Caraguatatuba	
Itapeva	
Ferraz de Vasconcelos	
São Paulo - Região de São Mateus	
Princípios conceituais	40
Ação participativa	
Trabalho infantil como violação de direitos	
Ação em rede	
Pressupostos metodológicos	46
Árvore de objetivos implementados	52
Cenários de Intervenção	54
Fortalezas importantes para implementação do projeto	
Fragilidades e como foram superadas	
Oportunidades aproveitadas	
Ameaças e formas de enfrentamento	
Ações estratégicas do projeto	60
Passo a passo, dificuldades enfrentadas e produtos da ação	
O atendimento às crianças, adolescentes e suas famílias	84
Estrutura	96
Linha do Tempo	100
Aprendizagens	102
Sobre o trabalho infantil e suas piores formas	
Sobre as crianças, jovens e suas famílias	
Sobre a metodologia utilizada	
Desafios	106
Para disseminação das ações	
Para sustentabilidade dos resultados atingidos	
Rompendo fronteiras e ampliando horizontes:	
O amadurecimento institucional na luta contra o trabalho infantil	108



VENCENDO MOINHOS DE VENTO

“As crianças chegavam e dormiam na sala de aula. Não rendiam nada e nem sabiam ler. Investigamos e descobrimos que a família atravessava o rio à noite de bóia para catar material no lixão levando as crianças. Chegavam de madrugada e as crianças quase não dormiam. Vinham para escola para dormir.” Francisca Isabel Dória, coordenadora de educação inclusiva da Secretaria Municipal de Educação de Caraguatatuba e articuladora do Projeto Cata-Vento no município.

No depoimento acima está a angústia de muitos profissionais de educação que, no cotidiano do trabalho, vêem seu esforço de ensinar sendo vencido pelo cansaço do trabalho que antecipadamente rouba o futuro de inúmeras crianças pobres do país. São meninos e meninas azuis, como no poema de Cecília Meirelles, que brincam na imaginação da vida, mas sem poder ler por causa da dureza da vida.

De acordo com o IBGE, em 2005 cerca de 5 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estavam exercendo algum tipo de ocupação no país¹. Deste total, cerca de 39% são crianças e adolescentes com até 14 anos de idade. Apesar de uma ligeira queda no total de crianças e adolescentes trabalhando, registrada pelo IBGE entre 2002 e 2003, nos anos seguintes o aumento foi crescente.

Outro dado assustador revelado pela PNAD de 2005 é o total de quase 2 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos que não freqüentam a escola. Principalmente considerando que estar fora da escola é um fator profundamente relacionado à exploração do trabalho infantil seja como causa seja como consequência.

Ao contrário das teorias defendidas por muitas gerações de que o *“trabalho quanto mais cedo dignifica”* e de que *“é melhor estar trabalhando que na rua”* o trabalho infantil tem se revelado uma chaga que atrasa a vida de milhares de crianças do país e as coloca junto com suas famílias no mundo da marginalidade e pobreza constante, principalmente pelo seu impacto negativo nas condições de escolaridade das crianças.

Já foi constatado que a educação é condição básica para que o desenvolvimento local seja

¹Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2005.

conquistado. Impedir que uma criança ou um adolescente possa, na sua idade correta, dedicar-se plenamente ao estudo e ao brincar é contribuir para que a desigualdade, a pobreza e a miséria continuem presentes tanto nas realidades rurais quanto nas periferias urbanas. E quanto mais longe do estudo e do brincar coletivo deixamos as crianças, mais próximas convivem elas com situações de exploração, muitas vezes acompanhadas de abuso sexual, violência doméstica e grupos de práticas criminosas.

Como se fosse um monstro disfarçado de moinho de vento, o trabalho infantil e suas piores formas não representam uma alucinação, mas uma desgraça na vida de crianças pobres. Representam o atraso de uma nação que não conseguirá romper com seu ciclo de pobreza enquanto não assumir essa luta de frente.

A iniciativa da Organização Internacional do Trabalho, executada no estado de São Paulo pela Fundação Orsa em parceria com o Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil possibilitou demonstrar justamente que esse monstro apenas poderá ser vencido quando deixarmos de ser Dom Quixotes solitários para sermos parceiros que unem esforços locais com esforços regionais e nacionais, integrando os diferentes segmentos da sociedade. O que o Projeto Cata-Vento demonstrou é que o monstro não é fictício e imaginário e a luta não é lunática, mas real e que pode ser vencida pela ação em rede e articulada.

Um dos aprendizados importantes do Cata-Vento é que não existem receitas prontas. Cada realidade possui seu contexto político, social e econômico que interfere nas inúmeras variáveis do problema e das possibilidades.

O que se pretende é partilhar as lições aprendidas e descobertas desta experiência com o intuito de motivar outros atores da sociedade civil, empresariado, trabalhadores e poder público, a também assumir seu lugar de Dom Quixotes e compreender que é possível resolver o problema desde que haja parceria, interesse político e investimento ético, responsável e correto.

Vencer um Moinho de Vento é ter a certeza de que é possível lutar contra o que se acredita não ter solução. Acreditar tanto no poder da ação coletiva quanto na capacidade dos inúmeros meninos e meninas azuis de superarem as perversas situações de trabalho que se encontram e de descobrirem novas formas de ler e transformar o mundo a sua volta.



O CONTEXTO DO TRABALHO INFANTIL NO ESTADO DE SÃO PAULO

Quase 640 mil crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos foram identificadas pelo IBGE² trabalhando no Estado de São Paulo em 2004. Desse total, 213 mil tinham até 15 anos de idade.

Estimativas compiladas pela Organização Internacional do Trabalho, a partir de microdados da PNAD de 2001, revelaram que 54% dos meninos e meninas exercendo algum tipo de ocupação no Estado de São Paulo estão inseridos em atividades perigosas a sua saúde, integridade física e moral, conhecidas como “piores formas de trabalho”.

Só no trabalho infantil doméstico estima-se ter cerca de 69 mil crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos. Grande parte, meninas negras que estão fora da escola.

Um dado importante é que cerca de 11% dos adolescentes de 14 a 15 anos trabalham no estado. Nesta idade, deveriam estar concluindo o ensino fundamental e iniciando o ensino médio, o que é uma tarefa difícil, considerando o esforço da dupla jornada. Como resultado, surgem os alarmantes índices de evasão característicos nas mudanças de ciclo. A pesquisa do IBGE revela ainda que a maior parte dos meninos e meninas do estado não trabalha com carteira assinada e que há um grande índice de meninas trabalhadoras domésticas sem carteira.

Atividades	Meninos		Meninas	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Empregado com carteira	2,37		2,96	
Outros empregados sem carteira	54,43	56,67	41,60	26,72
Trabalhador doméstico com carteira			0,98	
Trabalhador doméstico sem carteira			24,71	20,06
Conta própria	10,68		9,90	
Trabalho não remunerado	29,55	33,37	19,84	39,92
Trabalha na produção para próprio consumo ou construção para próprio consumo	2,97	9,96		13,30

Fonte: IBGE/PNAD,2001.

²Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2005.

Os principais ramos que utilizam o trabalho de crianças e adolescentes no estado são o de serviços, (34%); comércio (23,35%); agricultura (14,82%) e indústria (13,27%).

No campo das piores formas de trabalho infantil, os números existentes podem estar subestimados, pois em sua maioria, são situações de trabalho oculto e invisível já que ocorrem na marginalidade, envolvendo alto grau de violência, especialmente nos casos do narcotráfico e da exploração sexual. Para essas situações os sistemas tradicionais de coletas de dados encontram dificuldade em quantificar.

Apesar dessa realidade, inúmeros esforços foram desencadeados a partir da década de 90, tanto por governos, quanto por organizações da sociedade civil. No Estado de São Paulo três marcos podem ser apontados na luta contra o trabalho infantil. A instituição dos pactos setoriais em cadeias produtivas; a criação do Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador e o início dos convênios entre Governos municipais, estadual e federal para implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

Os pactos setoriais

A estratégia dos pactos setoriais, desenvolvida por iniciativa das organizações da sociedade civil no estado, tinha como objetivo comprometer e mobilizar todos os atores inseridos nas cadeias produtivas onde ocorresse o trabalho infantil e promover ações articuladas e integradas que contribuíssem para retirar as crianças do trabalho e inserí-las na escola.

A primeira experiência ocorreu em 1996 com o Pacto de Franca, que reuniu os representantes do setor de calçados do município. No mesmo ano foi estabelecido tanto o Pacto do Bandeirantes com o setor sucro alcooleiro quanto o Pacto de Araraquara com o setor citrícola³ da cidade. Nos dois anos seguintes houve nova mobilização do setor de citricultura com as Cartas de Bebedouro e Catanduva.

A ação que foi decisiva para pautar o tema na agenda dos municípios teve como grande êxito mobilizar em torno da causa o segmento do empresariado que dividiu espaços de debate e construção de soluções ao lado de prefeituras, organizações de trabalhadores e entidades de atendimento a crianças e adolescentes.

³Cadeia produtiva que envolve plantadores de frutas cítricas (citricultores) e indústria de sucos.



Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

O Fórum Paulista foi instalado em 23 de outubro de 1999, durante a III Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, como consequência do processo de mobilização que estabeleceu os pactos de prevenção e erradicação do trabalho infantil nos setores sucro alcooleiro, citrícola e calçadista no estado.

O Fórum Paulista tem como missão articular uma rede integrada de ações dos diversos segmentos, instituições e programas, para a prevenção e a erradicação do trabalho infantil e proteção dos direitos do adolescente trabalhador no Estado de São Paulo. Sua composição é quadripartite: organizações governamentais, organizações da sociedade civil, representantes de trabalhadores e de empregadores.

Entre suas principais ações está o Seminário “O Trabalho Infantil no Estado de São Paulo - Avanços e Perspectivas”, realizado em agosto de 2002, que contou com a presença de mais de 700 pessoas representantes de organizações governamentais e não governamentais, quando foram definidas diretrizes da Política de Erradicação do Trabalho Infantil para o Estado.

O Fórum foi parceiro estratégico do Projeto Cata-Vento tendo participado de forma efetiva de todo processo de planejamento junto à Fundação Orsa e estando a frente de diversas ações de mobilização além de ter acompanhado de perto a implementação do projeto em todos os cinco municípios.

Implantação do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Estado.

Em 2000 foi assinada no estado a Carta Compromisso de Implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, criado em 1996 pelo Governo Federal como resposta à forte mobilização desencadeada pela sociedade civil.

Em 2006 o programa estava presente em 204 municípios do estado de São Paulo atingindo 35.785 crianças e adolescentes, entre 5 e 15 anos, cujas famílias recebiam

uma bolsa mensal de R\$ 25,00 na zona rural e R\$ 40,00 na zona urbana⁴. Além do compromisso de suas famílias de que as crianças não retornariam ao trabalho, deveria ser garantido o acesso da criança à escola e sua participação nas ações sócio educativas de convivência, em geral oferecidas como contrapartida pelos municípios.

Como em outras regiões do país, uma das grandes fragilidades do PETI apontada por técnicos e educadores está no número insuficiente de atividades envolvendo os familiares das crianças e adolescentes identificados. Não apenas no campo do atendimento psicossocial, mas, especialmente, no campo da geração de renda tanto para capacitação profissional e desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho quanto no apoio e incubação de pequenos grupos produtivos.

Foi neste cenário de dados e de esforços que o Projeto Cata-Vento, implementado pela Fundação Orsa, se desenvolveu. Um importante cuidado da equipe foi começar sua atuação se apropriando desta realidade para compor sua linha de base e principalmente se articular com quem já vinha se debruçando na luta contra o trabalho infantil no estado.

⁴<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br>



O PROBLEMA NOS MUNICÍPIOS DE INTERVENÇÃO: A LINHA DE BASE

Inicialmente o Projeto Cata-Vento seria implementado em quatro municípios do Estado de São Paulo. A escolha das cidades foi discutida no âmbito do Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil tendo como foco os eixos temáticos já determinados pela OIT: agricultura familiar, comércio informal urbano, trabalho infantil doméstico e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

A meta inicialmente traçada para o projeto era retirar 1.035 crianças e adolescentes das piores formas de trabalho infantil e prevenir 515 novos casos. Todos os municípios foram escolhidos com base nas informações que a OIT já possuía da presença das piores formas de trabalho em cada um, além de uma análise estratégica da presença de unidades da Fundação Orsa nas proximidades, o que facilitaria a implementação das ações pela fundação.

Os municípios escolhidos foram Campinas, com ênfase inicial no trabalho infantil doméstico; Caraguatatuba, na exploração sexual comercial de crianças e adolescentes; Itapeva, na agricultura familiar; e São Paulo, no comércio informal urbano. Inicialmente, em São Paulo, a ação teria foco na região de Pinheiros, mas a escolha final acabou sendo a região de São Mateus⁵.

O Município de Ferraz de Vasconcelos foi incorporado ao Projeto por meio de solicitação do Prefeito da cidade que se dispôs a dar todo o apoio necessário ao desenvolvimento do Projeto, além do município contar com representante no Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Em todos os municípios o início das ações conciliou a articulação dos atores locais com um mapeamento da situação do trabalho infantil que se utilizou de diferentes instrumentais cujos resultados encontram-se a seguir⁶.

⁵ A região de Pinheiros, na cidade de São Paulo, havia sido pensada seguindo os mesmos critérios utilizados na escolha dos outros municípios. Havia uma demanda de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil já identificada por pesquisa realizada por uma organização social e a Fundação Orsa tinha uma unidade na região, o que facilitaria a intervenção. Entretanto, durante as negociações para implantação do Projeto, algumas dificuldades se apresentaram. O momento era de troca de gestão municipal, a pesquisa não foi disponibilizada e as negociações com o poder público local não avançaram. Neste sentido, foi proposto à equipe desenvolver esse mesmo trabalho na região de São Mateus, que também possuía altos índices de crianças e adolescentes trabalhando e havia uma boa articulação entre as organizações locais e as equipes da subprefeitura da região.

⁶No capítulo que aborda as ações estratégicas trataremos com mais detalhes sobre a metodologia utilizada para os diagnósticos.

Campinas

Pessoas Residentes: 969.396

Densidade Demográfica: 1.118,83 hab/km²

Fonte: IBGE, Censo 2000

IDHM: 0,852 (alto desenvolvimento humano)

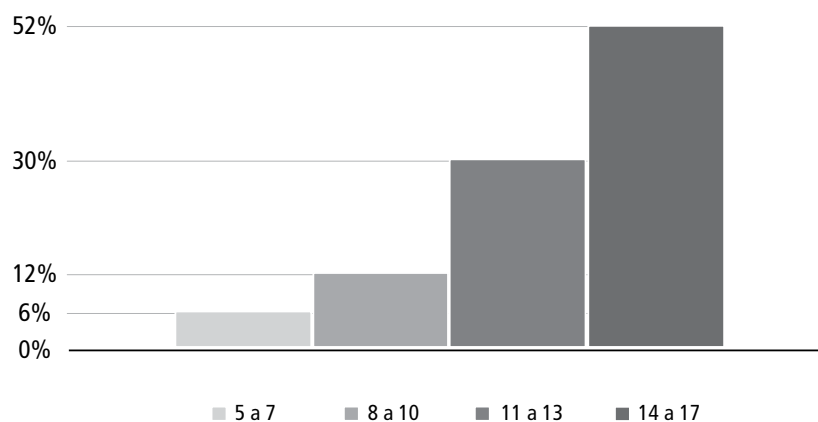
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000

PETI: 312 crianças e adolescentes.

Fonte: Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, 2006.

O levantamento promovido em 2005 pelo Projeto Cata-Vento cadastrou 102 crianças e adolescentes trabalhando na cidade de Campinas. A maior parte, 52%, com idades entre 14 e 17 anos.

Faixa etária das crianças e adolescentes mapeados



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Campinas, 2005.

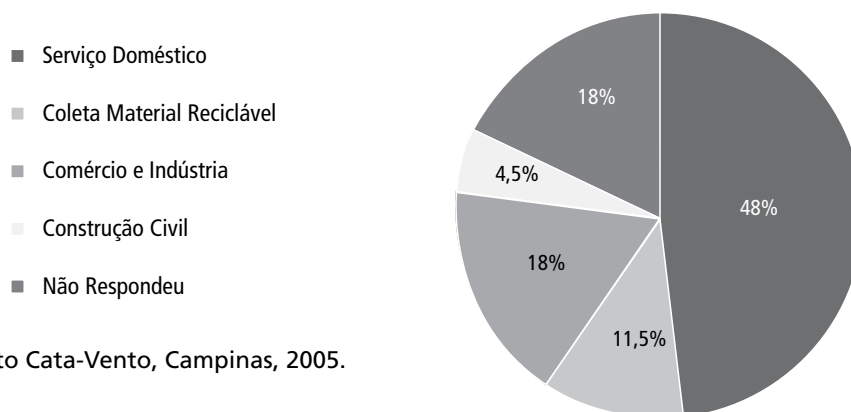


Tipos de ocupação envolvendo crianças e adolescentes

Grande parte das crianças e adolescentes identificados, 48%, realizava serviços domésticos para a própria família sem obtenção de renda, sendo elas as principais responsáveis pelas tarefas da casa incluindo tomar conta dos irmãos menores enquanto seus pais estão trabalhando fora. Um dado importante é que este tipo de ocupação recai principalmente sobre as meninas. Entretanto, a principal ocupação mapeada envolvendo crianças e adolescentes com o propósito de obter renda foi o trabalho informal urbano dentre os quais a coleta de material reciclável, em especial as latas de alumínio, e o trabalho no comércio e indústria de forma irregular.

É importante destacar que, inicialmente, o município de Campinas foi escolhido com foco para as ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil doméstico. Entretanto, uma das aprendizagens da experiência foi que o trabalho doméstico envolvendo crianças possui uma invisibilidade maior em relação a outros tipos de ocupações por ocorrer dentro de residências, onde a inviolabilidade é garantida por lei, o que dificulta a identificação e fiscalização por parte dos órgãos competentes. A metodologia utilizada para o mapeamento não permitiu que fosse possível ter uma radiografia precisa sobre esta situação apesar de vários indícios apontarem para a existência do problema no município. Neste caso, a maior parte das ações se voltaram para o comércio informal urbano que já vinha sendo diagnosticado pelos atores locais e sendo apontado pelos membros da Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil como um dos principais setores que ocupavam crianças e adolescentes no município.

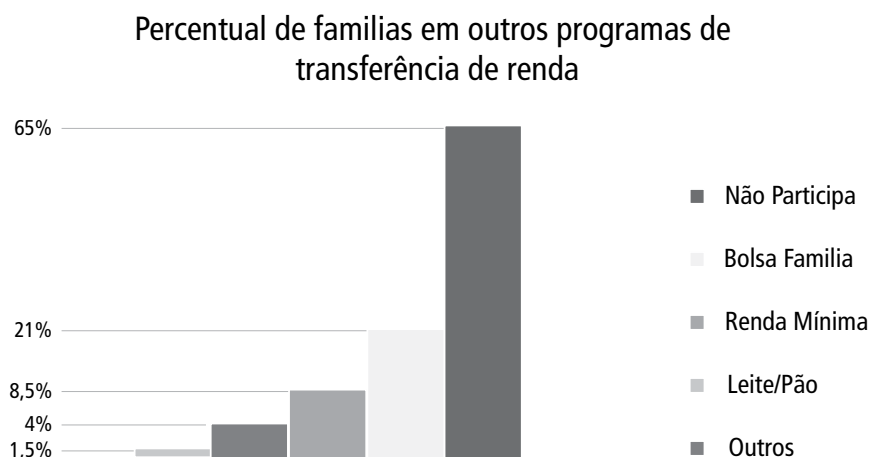
Tipo de ocupação crianças e adolescentes Campinas



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Campinas, 2005.

Participação em programas de transferência de renda

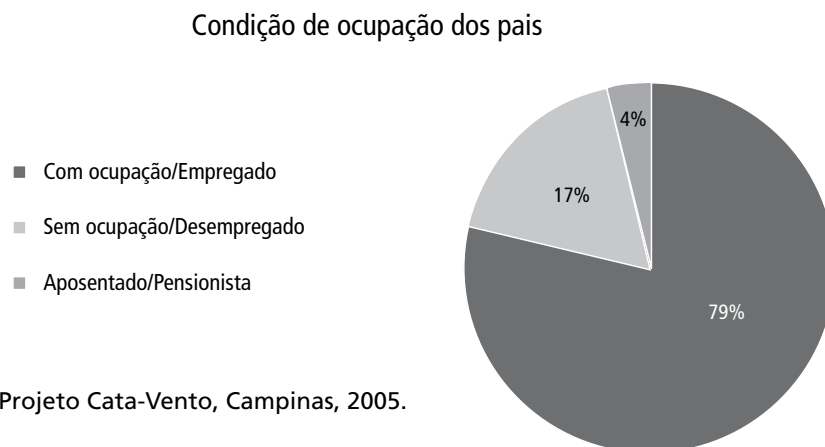
Apenas 5% das famílias das crianças e adolescentes cadastrados declararam que recebiam bolsa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Entretanto, 35% declararam que recebia algum auxílio de outros programas de transferência de renda, em especial o bolsa família como demonstra o gráfico a seguir:



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Campinas, 2005.

Ocupação e Renda dos pais

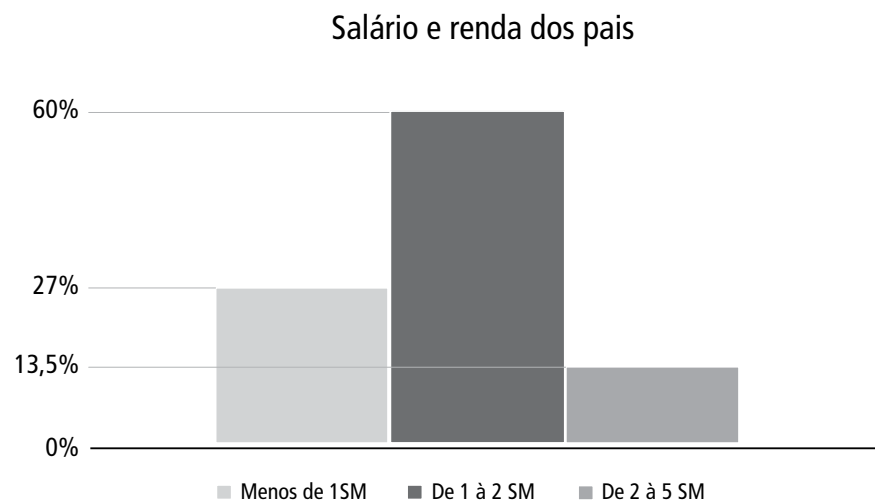
A maior parte dos responsáveis que declararam sua condição de ocupação, 83%, exerce algum tipo de ocupação que gere renda ou recebe algum tipo de pensão ou benefício.



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Campinas, 2005.

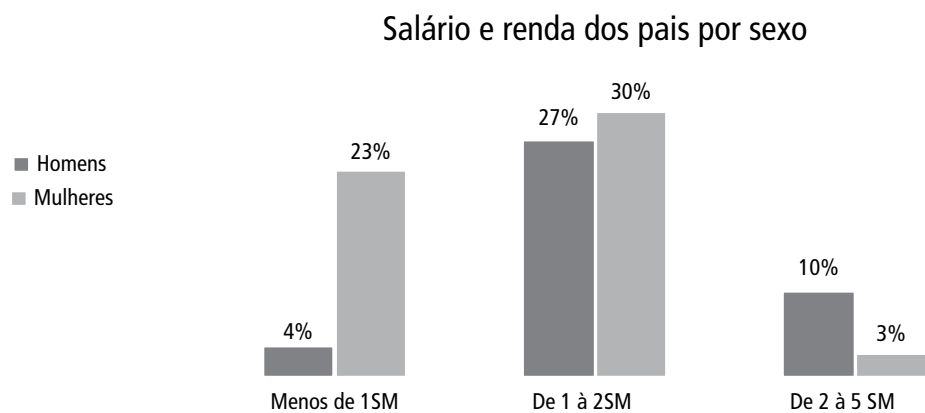


Entretanto, apesar da maior parte dos pais declararem que exercem algum tipo de ocupação, a renda obtida pela grande maioria é menor que dois salários mínimos.



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Campinas, 2005.

Analizando estes dados por diferença de gênero, percebemos no gráfico seguinte a discrepância da renda das mulheres em relação à dos homens. Observa-se que as mulheres recebem salários menores do que os homens. É importante destacar que mais de 70% das mães das crianças e adolescentes mapeados declararam que começaram a trabalhar com idade entre 8 a 14 anos na condição de doméstica.



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Campinas, 2005.

Caraguatatuba

Pessoas Residentes: 78.921

Densidade Demográfica: 194,2 hab/km²

Fonte: IBGE, Censo 2000

IDHM: 0,802 (alto desenvolvimento humano)

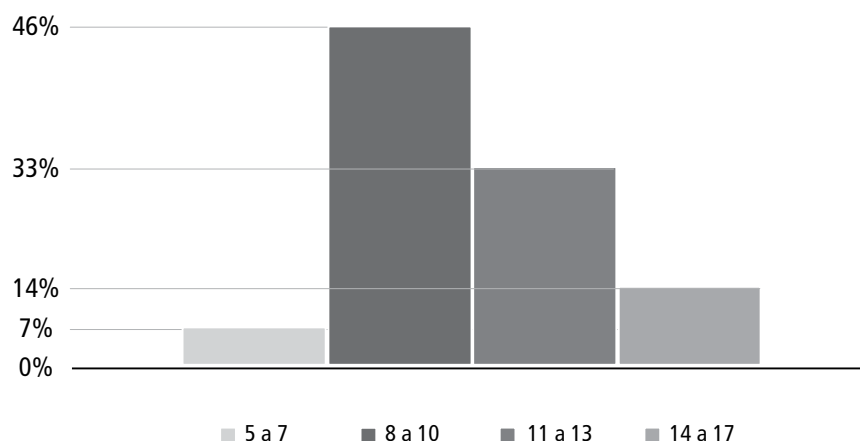
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000

PETI: 200 crianças e adolescentes.

Fonte: Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, 2006.

O mapeamento promovido pelo projeto cadastrou 141 crianças e adolescentes trabalhando na cidade de Caraguatatuba. A maior parte, 46%, com idades entre 8 e 10 anos.

Faixa etária das crianças e adolescentes mapeados



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Caraguatatuba, 2005.



Tipos de ocupação envolvendo crianças e adolescentes

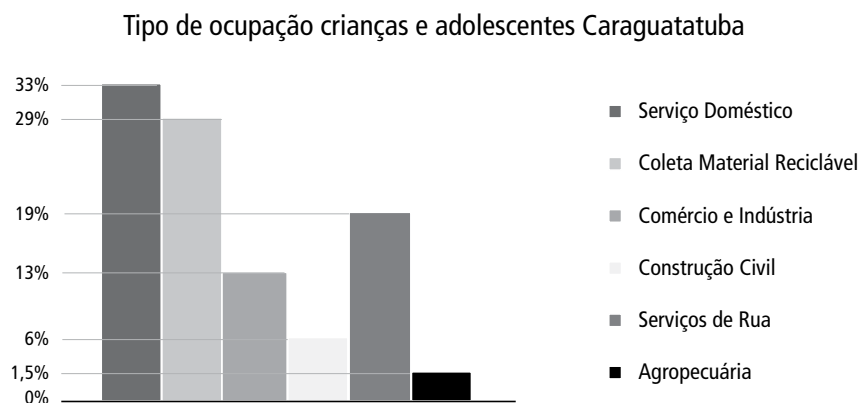
Grande parte das crianças e adolescentes identificados, 48%, realizava serviços informais nas ruas como a coleta de materiais recicláveis e venda de produtos como ambulantes. Esta característica é acentuada pela condição de estância balneária da cidade que no verão recebe em torno de 1,5 milhão de turistas.

Ocorre, assim, um aumento considerável de latinhas de alumínio pelas ruas que, neste período, constituem a principal fonte de renda de muitas famílias pobres do município, envolvendo na coleta tanto os pais quanto os filhos.

O alto índice de trabalho infantil doméstico deve-se, também, ao fato de crianças e adolescentes trabalharem nas casas de turistas, principalmente durante a alta temporada.

Entretanto, a situação de trabalho infantil que foi determinante para a escolha do município para as ações do Cata-Vento foi a exploração sexual comercial de meninos e meninas estimulada por uma rede de turismo sexual que aflige as cidades litorâneas brasileiras.

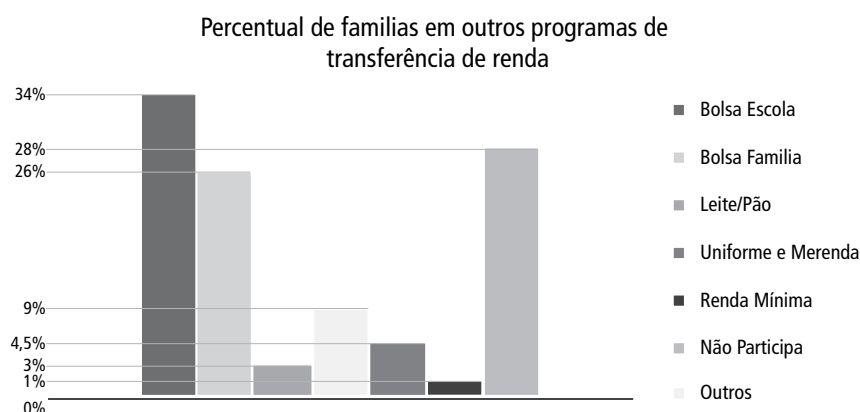
A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, classificada entre as piores formas de trabalho infantil, possui especificidades que dificultam o seu mapeamento. Por envolver outras questões, ligadas a segurança pública, a que se ter metodologia e estratégias específicas para lidar com a situação.



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Caraguatatuba, 2005.

Participação em programas de transferência de renda

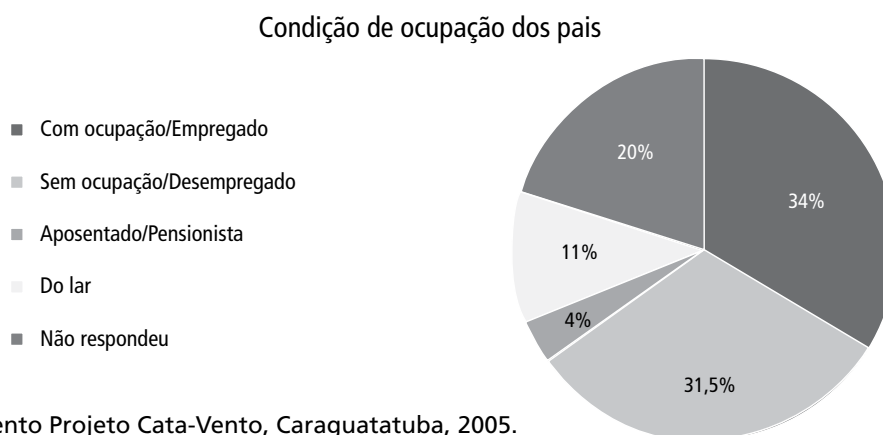
Apesar do município não possuir, antes da entrada do Projeto Cata-Vento, o PETI, outros programas de transferência de renda atendiam as famílias pobres de Caraguatatuba. Os principais são o Bolsa Escola e o Bolsa Família que juntos já atendiam 60% das famílias mapeadas.



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Caraguatatuba, 2005.

Ocupação e Renda dos pais

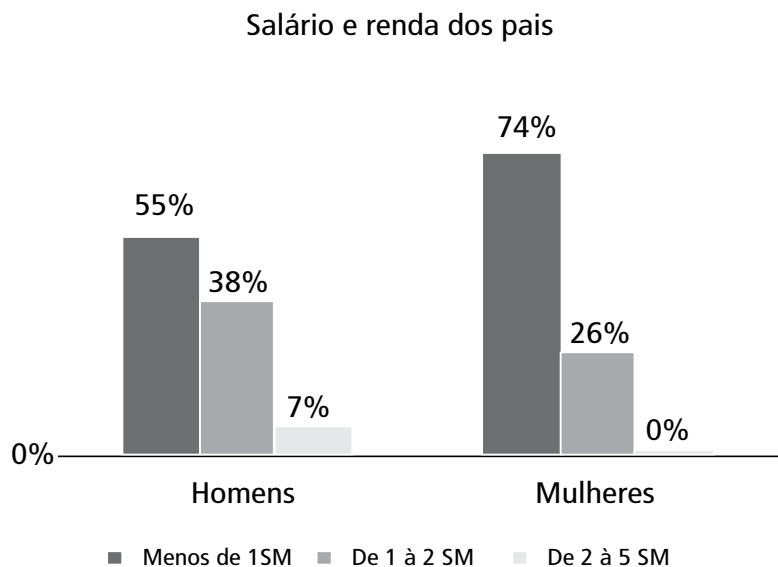
Apenas 38% dos responsáveis declararam exercer algum tipo de ocupação que gere renda ou receber algum tipo de pensão.



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Caraguatatuba, 2005.



Com relação às diferenças de gênero, duas se destacam. A primeira na categoria “do lar” que é composta apenas pelas mães das crianças e adolescentes mapeados e a segunda refere-se à renda obtida seja pelas ocupações exercidas seja pelas pensões ou benefícios.



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Caraguatatuba, 2005.

Neste último caso, apesar do percentual de homens que declararam exercer algum tipo de ocupação que gere renda ser 5% menor do que o das mulheres, a renda obtida pelos homens é maior do que a obtida pelas mulheres. Apesar dessa diferença, tanto mulheres quanto homens em sua maioria recebem menos que um salário mínimo.

Da mesma forma que os filhos, 74% das mães das crianças e adolescentes mapeados declararam ter começado a trabalhar com menos de 14 anos. 13% ainda na idade de 4 a 7 anos. A maior parte, 60%, como doméstica ou babá. Um dado significativo é que apenas 30% das mães das crianças e adolescentes mapeados são naturais de Caraguatatuba. A grande maioria é proveniente de outras cidades de São Paulo ou de outros estados. Esta característica é comum em cidades turísticas ou que concentram grandes pólos comerciais e industriais onde há maiores ofertas de empregos e oportunidades de geração de renda.

Itapeva

Total da população residente: 82.833

Fonte: IBGE, Censo 2000

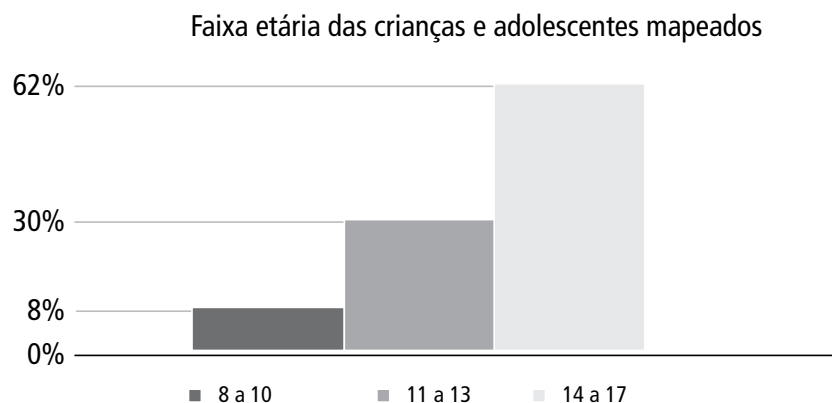
IDHM: 0,745 (médio desenvolvimento humano)

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000

PETI: 600 crianças e adolescentes.

Fonte: Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, 2006.

Em Itapeva a ação do Cata-Vento focou em três comunidades: Jaó, Pacova e Alto da Brancal onde foram identificadas 120 crianças e adolescentes em situação de trabalho. A maior parte, 62%, com idades entre 14 e 17 anos.



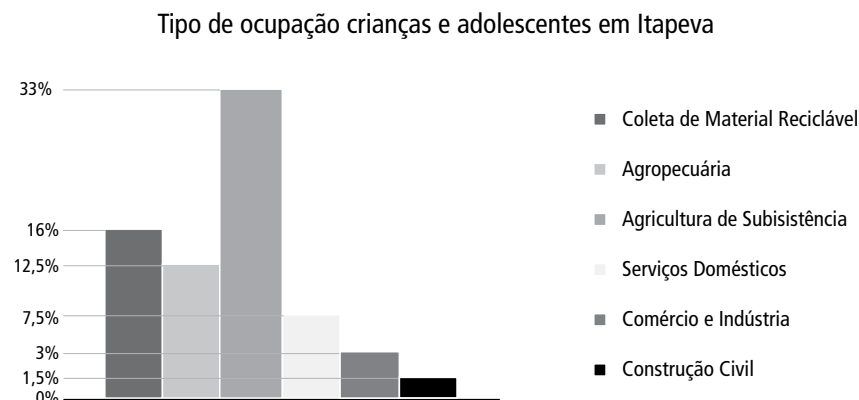
Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Itapeva, 2005.

Tipos de ocupação envolvendo crianças e adolescentes

Apesar de Itapeva ter como foco inicial o trabalho na agricultura por se caracterizar como município de zona rural, a proximidade do Alto da Brancal de periferias urbanas tanto de Itapeva quanto do município vizinho de Ribeirão Branco permitiu identificar crianças



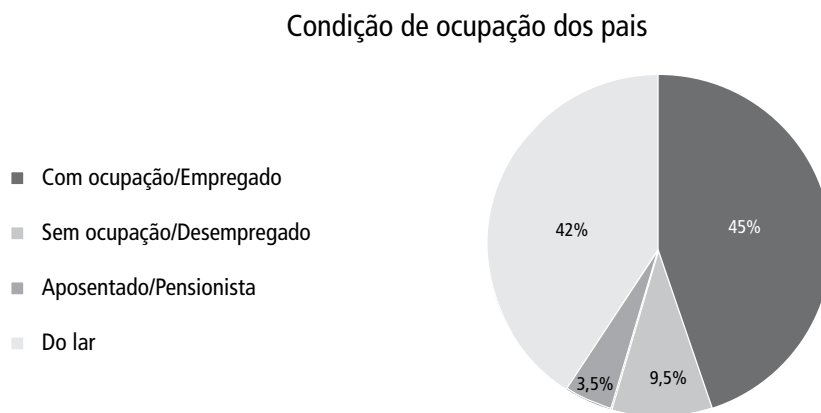
e adolescentes ocupados na coleta de materiais recicláveis, principalmente as latas de alumínio.



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Itapeva, 2005.

Ocupação e Renda dos pais

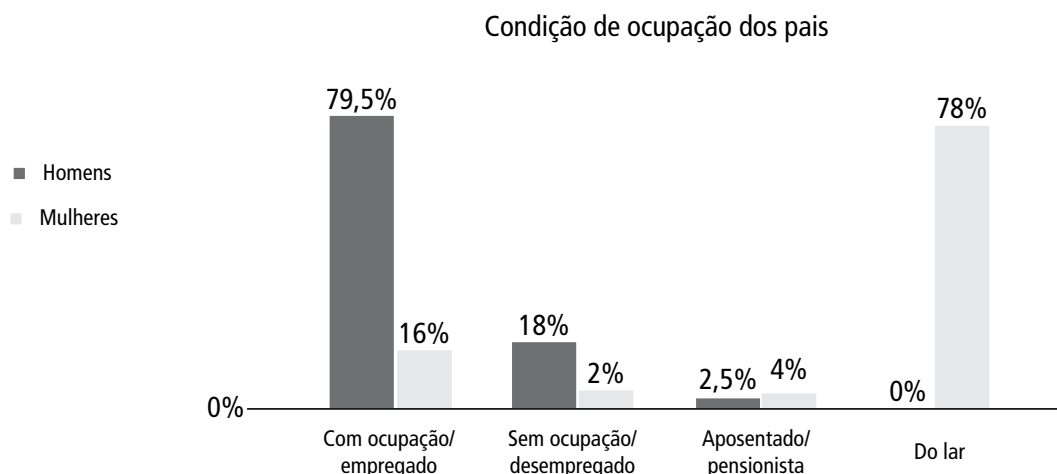
Em Itapeva, menos da metade dos pais das crianças mapeadas (48,5%) declararam exercer algum tipo de ocupação que gere renda ou receber algum tipo de pensão.



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Itapeva, 2005.

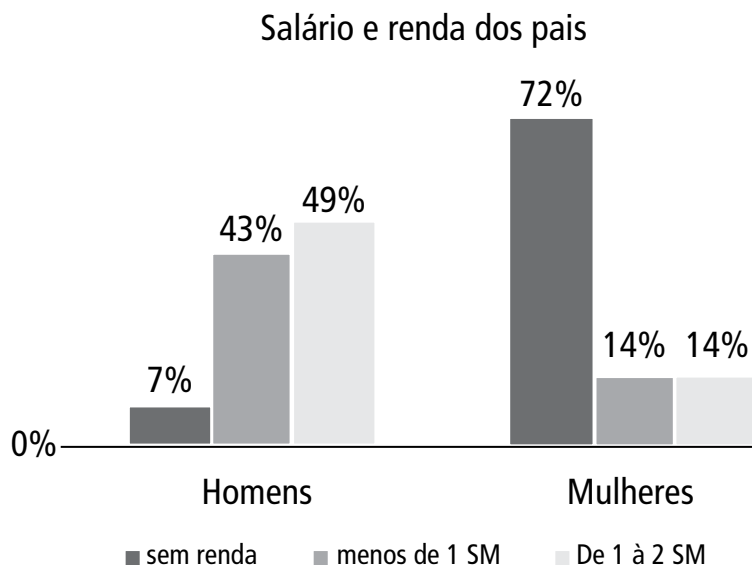
Entretanto, quando separamos esta informação por gênero percebemos que a falta de acesso à renda se aplica geralmente às mulheres onde 78% delas se declararam como

mulheres que se dedicam exclusivamente às atividades do lar. No caso dos homens 82% declarou ter alguma atividade ou pensão que lhe garanta renda.



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Itapeva, 2005.

Entretanto, mesmo com a maior parte dos homens recebendo algum tipo de renda, os que declararam a renda informaram que recebem no máximo dois salários mínimos sendo que mais da metade (51%) ou não possui renda ou recebe menos que um salário mínimo.



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Itapeva, 2005.



Ferraz de Vasconcelos

Pessoas Residentes: 142.377

Densidade Demográfica: 6.851,1 hab/km²

Fonte: IBGE, Censo 2000

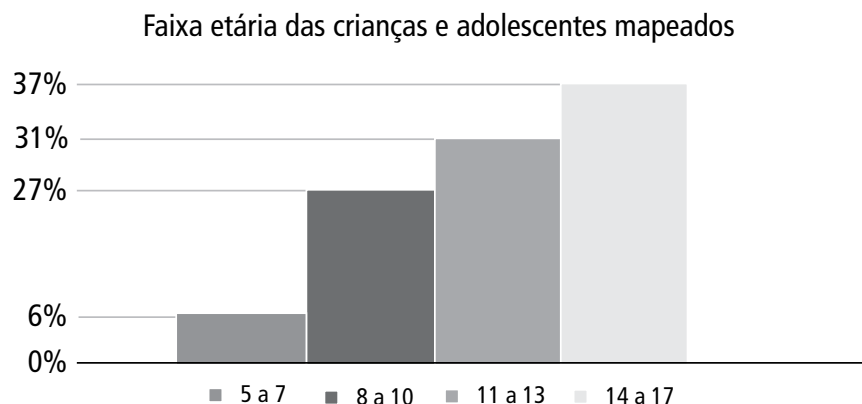
IDHM: 0,772 (médio desenvolvimento humano)

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000

PETI: 175 crianças e adolescentes.

Fonte: Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, 2006.

Foram cadastrados 100 crianças e adolescentes trabalhadores em Ferraz de Vasconcelos. A maior parte, 58%, entre 8 e 13 anos. Inicialmente, Ferraz não estava entre os municípios de intervenção do Projeto Cata-Vento. Entretanto, através da articulação do município dentro do Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil somada a uma reestruturação orçamentária feita pela equipe da Fundação Orsa foi possível inserir o município.

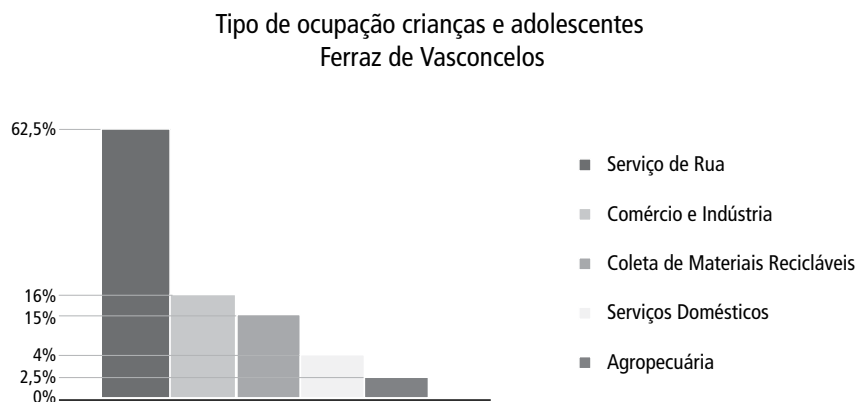


Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Ferraz de Vasconcelos, 2005.

Tipos de ocupação envolvendo crianças e adolescentes

A principal incidência de trabalho de crianças e adolescentes é no setor informal urbano,

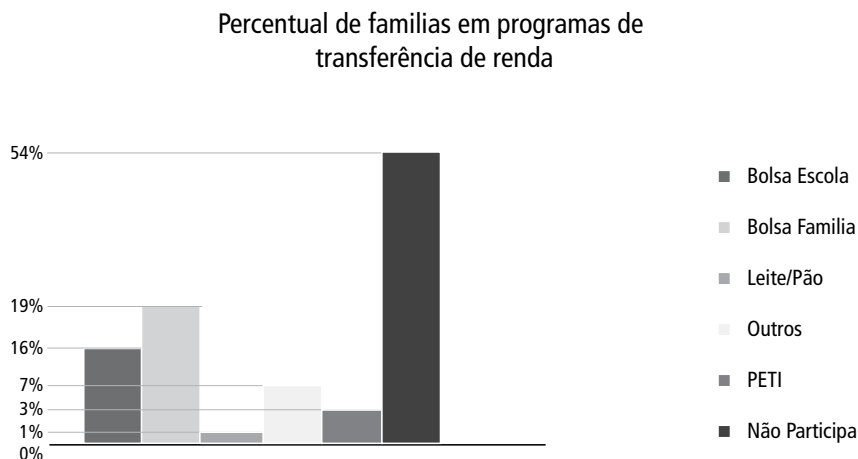
com destaque para atuação dos meninos como ambulantes nos trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos que ligam o município à cidade de São Paulo.



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Ferraz de Vasconcelos, 2005.

Participação em programas de transferência de renda

Das crianças mapeadas a maior parte de suas famílias, 54%, não participa de nenhum programa de transferência de renda.

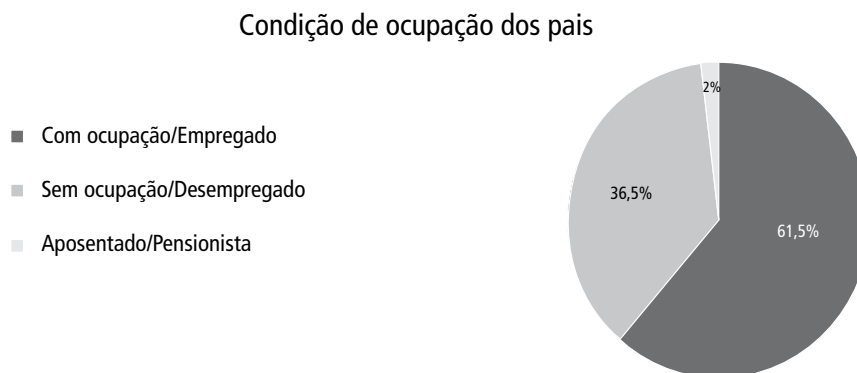


Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Ferraz de Vasconcelos, 2005.



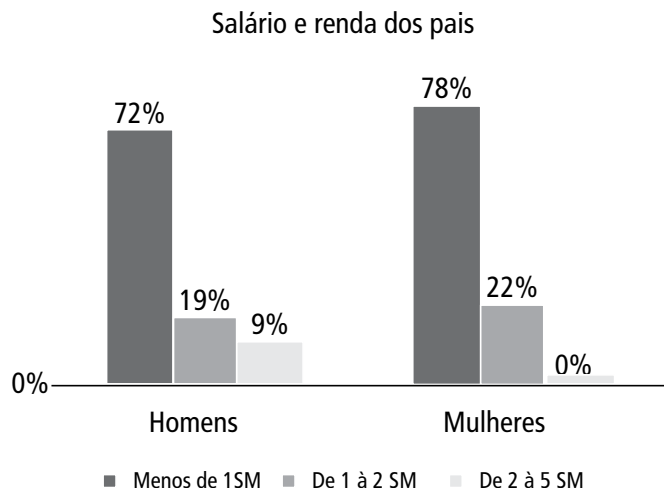
Ocupação e Renda dos pais

Do total de responsáveis que declararam sua condição de ocupação 63,5% exercem algo que gere renda ou recebem algum tipo de pensão.



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Ferraz de Vasconcelos, 2005.

Na condição de renda a maioria tanto de homens quanto de mulheres respondentes recebe menos que 1 salário mínimo. No caso dos homens há uma parcela de 9% dos respondentes que recebe entre 2 e 5 salários mínimos.



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento, Ferraz de Vasconcelos, 2005.

80% das mães das crianças e adolescentes mapeados declararam ter começado a trabalhar com menos de 14 anos. Quase metade, 44,5% ainda na idade entre 4 e 10 anos.

São Paulo – região de São Mateus

Pessoas Residentes: 381.718

Densidade Demográfica: 8.857 hab/Km²

Fonte: IBGE, Censo 2000

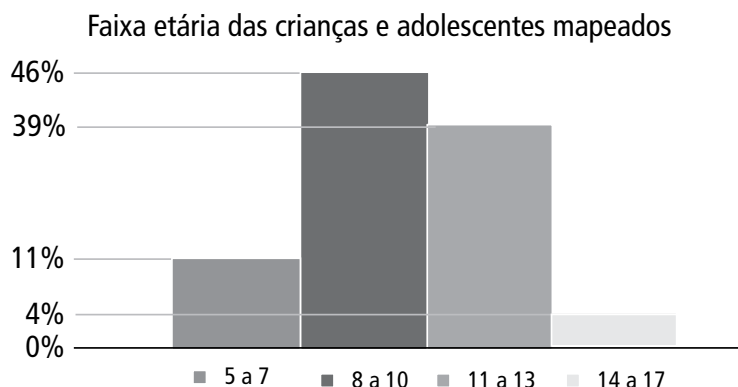
IEX (índice de exclusão social): (-0,90/-0,60 Distrito do Iguatemi); (-0,60/-0,30 Distrito de São Rafael e São Mateus) - altos índices de exclusão social

Fonte: Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo, 2000

PETI: 536 crianças e adolescentes

Fonte: Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, 2006.

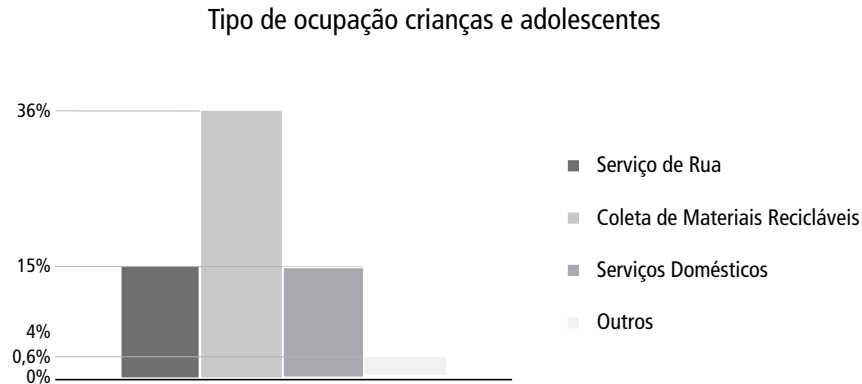
Dentro da cidade de São Paulo foi escolhida a região da subprefeitura de São Mateus onde foram mapeados 317 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, a partir de uma pesquisa elaborada por James de Lemos Abreu (técnico da SAS na região) que constatou que mais da metade das crianças e adolescentes em situação de rua na região, exerciam alguma atividade de trabalho. Grande parte dos que trabalham, 46%, estão na faixa etária entre 8 e 10 anos de idade.



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento São Paulo, região de São Mateus 2005.



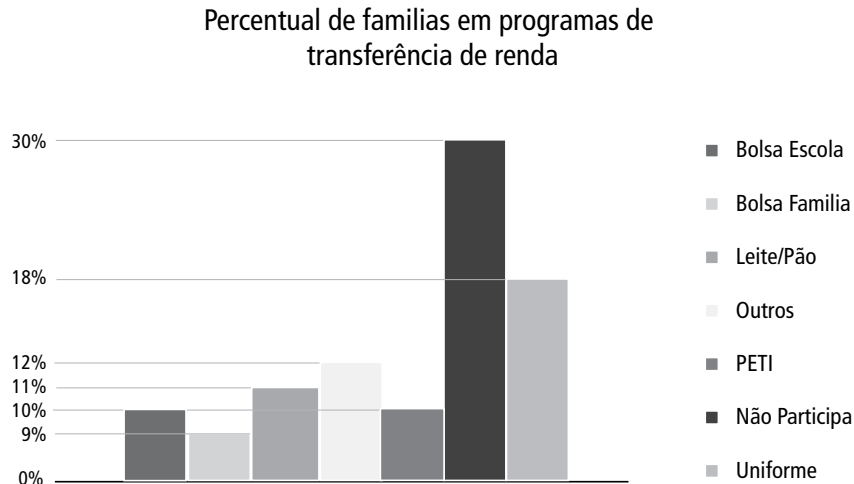
As duas principais ocupações estão na coleta de materiais recicláveis, 36%, e na execução de serviços domésticos, 15%.



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento São Paulo, região de São Mateus 2005.

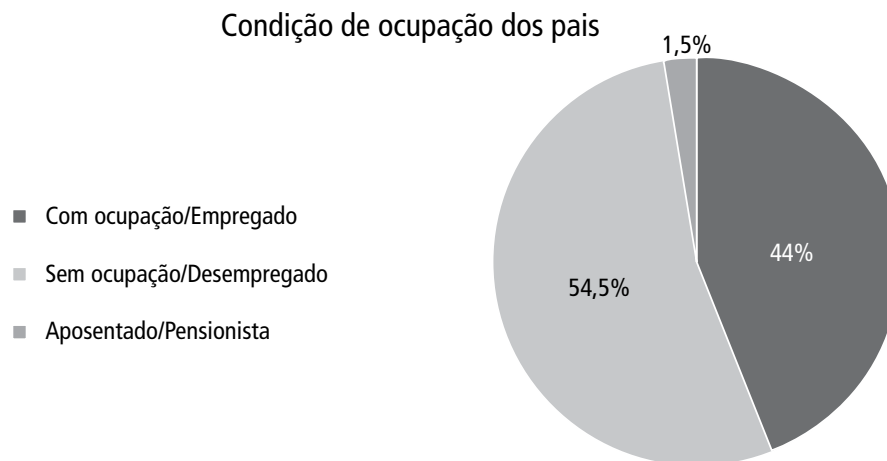
Participação em programas de transferência de renda

Das crianças mapeadas a maior parte das famílias, 70%, participa de pelo menos um programa de transferência de renda.



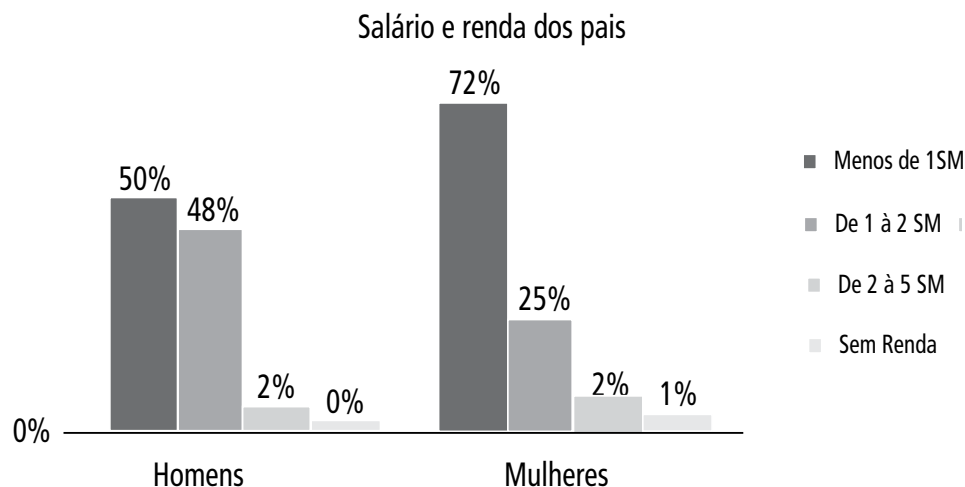
Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento São Paulo, região de São Mateus 2005.

Ocupação e Renda dos pais



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento São Paulo, região de São Mateus 2005.

Do total de responsáveis, menos da metade declarou exercer algum tipo de ocupação que gere renda ou receber algum tipo de pensão. Já na condição de renda, a maioria tanto de homens quanto de mulheres respondentes recebe menos que 1 salário mínimo.



Fonte: Mapeamento Projeto Cata-Vento São Paulo, região de São Mateus 2005.

66% das mães das crianças e adolescentes mapeados declararam ter começado a trabalhar com menos de 14 anos, 25% ainda na idade entre 4 e 10 anos.



PRINCÍPIOS CONCEITUAIS

Desde o desenho do Projeto Cata-Vento, havia por parte da equipe princípios conceituais que deveriam nortear não apenas o planejamento e implementação das ações, mas todas as posturas e atitudes que deveriam ser assumidas nos diferentes espaços onde a experiência estivesse sendo executada. Estes princípios, manifestados nas falas, posicionamentos e tomadas de decisão foram importantes para definir a identidade do projeto e garantir sua respeitabilidade em um cenário com uma imensa diversidade de atores, contextos e posicionamentos.

O primeiro refere-se ao conceito de **participação** adotado na relação com os demais atores. Como a principal estratégia era a mobilização dos atores locais para que estes assumissem o controle das ações e a sustentabilidade do projeto com o fim do convênio, foi imprescindível para a equipe definir o seu entendimento de participação e como os demais atores poderiam influenciar e determinar a condução do projeto.

O segundo princípio tratava da compreensão sobre o **trabalho infantil**. Sobre como ele seria abordado e compreendido como uma violação de direitos considerando que na maior parte dos casos ele ocorria por uma necessidade real de sobrevivência da família.

O terceiro era sobre o conceito de **rede** e sua relação com o funcionamento do sistema de garantia de direitos partindo da hipótese de que apenas esforços articulados e complementares entre si seriam capazes de prevenir e erradicar o trabalho infantil.

Princípio 1 – Ação participativa

A ação participativa deve ser compreendida como aquela que estimula o outro a opinar, dialogar, criar junto e decidir junto. Deve ser uma participação que vai além da mera colaboração.

No campo dos projetos sociais, o conceito de participação possui muitas variáveis e diferentes compreensões que, de maneira geral, se preocupam em delimitar até onde deve ir a participação dos diferentes atores. No caso do Cata-Vento, pensar a participação como ação efetiva de construção coletiva era algo estratégico que estava relacionado a sustentabilidade

da experiência que possuía duração determinada de dois anos, tempo em que se finalizaria tanto o financiamento das ações por parte da OIT, quanto a participação da Fundação Orsa. Esta preocupação reiterava a necessidade de mobilizar, em cada região, atores locais sensibilizados para a temática e “empoderá-los” para assumirem o comando das ações e serem os principais protagonistas do processo e de sua continuidade.

Neste sentido, a participação não poderia ser uma mera colaboração na execução das ações em que as decisões e a gestão ficassem apenas a cargo da Fundação Orsa. Era necessário que, desde o início, os atores locais se sentissem responsáveis pelos processos e, para isso, participassem de forma protagônica tanto do planejamento das ações quanto de sua gestão, tomando decisões, inclusive, sobre a aplicação de recursos.

Esta compreensão conceitual permitiu à equipe considerar os Fóruns de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil como espaços privilegiados para tomadas de decisões estratégicas do projeto. Estimulou a criação dos fóruns nas regiões de Ferraz de Vasconcelos (Alto Tietê) e Itapeva e no município de Caraguatatuba e da Comissão de Trabalho Infantil no âmbito do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da região de São Mateus, existente desde 1990 e fortaleceu a Comissão Municipal do PETI de Campinas, existente desde 2002. O Cata-Vento subsidiava estes espaços com informações e os auxiliava na organização de ações locais. Dentre as quais, as atividades de 12 de junho – Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil – que foram organizadas e geridas pelos diversos segmentos em cada um dos 05 municípios do projeto.

Um outro exemplo de como o conceito de participação norteou as ações do projeto foi a organização dos encontros regionais envolvendo adolescentes e jovens dos diferentes municípios. O encontro foi dinâmico, estimulando a reflexão dos jovens sobre o protagonismo juvenil, e como participar das decisões necessárias para transformação de suas realidades de forma autônoma e responsável.

“Assumir esta postura no projeto foi importante para que parte das organizações locais também passasse a incorporar o conceito em sua prática e assumissem posturas mais participativas nas suas relações com os jovens.” Edmilson Selarin Junior, Coordenador do projeto.

Na relação com as famílias também foi um conceito fundamental que permitiu à equipe não apenas possibilitar ações de geração de renda, mas estimular ações associativas e



organizativas, em especial no município de Itapeva onde um dos frutos foi a reestruturação de algumas associações de moradores além do fortalecimento da ação das comunidades na sua interlocução com o poder público na luta por direitos.

Um indicador importante do quanto esta convicção conceitual foi compreendida pelos demais atores são os depoimentos tanto de organizações locais, quanto de gestores e organizações membros dos Fóruns regionais/municipal e Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil que enfatizam este caráter participativo do projeto e o quanto, por causa disso, se sentem apropriados do projeto e já articulados para desenvolver iniciativas próprias que darão continuidade para algumas ações, seja para dar sustentabilidade aos resultados atingidos, seja para atingir novas crianças, adolescentes e familiares.

Princípio 2 – Trabalho infantil como violação de direitos

O trabalho infantil é uma violação de direitos que prejudica o desenvolvimento biopsicossocial da criança e do adolescente limitando suas oportunidades futuras e comprometendo sua vida presente.

Lutar contra o trabalho infantil e pelo cumprimento efetivo da legislação não é uma tarefa simples considerando principalmente dois fatores: primeiro, a situação econômica e financeira das famílias que lhes coloca questões emergenciais de sobrevivência e segundo, uma cultura histórica de que o trabalho enobrece a pessoa e que quanto mais cedo se começa a trabalhar, melhor.

Estes fatores dificultam o diálogo e a defesa da legislação vigente que proíbe terminantemente o trabalho infantil e que permite apenas aos adolescentes com 16 anos ou mais o ingresso no mundo do trabalho desde que ressalvado um conjunto de restrições que garantam seu desenvolvimento moral, psíquico e físico⁷. A lei passa a ser compreendida como um empecilho e não como uma conquista. Algo que dificulta a vida das famílias pobres e como algo “fora da realidade brasileira” que serviria apenas para crianças de países desenvolvidos.

Neste sentido, foi fundamental para a equipe ter aprofundado sua visão e convicção sobre o estabelecido em lei para conseguir argumentar não apenas com gestores e técnicos, mas com adolescentes e familiares que não se consideravam violados em seus direitos e que ao

⁷ De acordo com o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90 – Art 60º e com a Lei 10.097/00 é permitido que adolescentes com 14 anos ou mais apenas possam ingressar no mundo do trabalho na condição de aprendiz.

contrário, compreendiam que era a Lei que violava o direito deles de trabalharem e garantirem seu sustento.

Este posicionamento esteve presente em diferentes momentos da experiência, mas especialmente no 3º Encontro de Formação sobre Protagonismo Juvenil promovido pelo Cata-Vento e que reuniu adolescentes e jovens dos cinco municípios. Foi estabelecido um rico debate onde de um lado estava o posicionamento dos jovens que compreendiam no trabalho uma forma de terem sua independência e de serem valorizados dentro de suas famílias e de outro a convicção da equipe de que o trabalho para menores de 18 anos em determinadas condições é penoso e danoso para o seu desenvolvimento. O debate foi importante não apenas para os jovens terem uma outra compreensão dessa realidade e da importância de apostarem e acreditarem em novos horizontes de vida, mas para a própria equipe da Fundação Orsa que passou a considerar outros fatores causais do trabalho infantil além dos comumente vistos.

“Foi importante para percebermos que não se trata apenas de uma necessidade material da família, mas também de uma necessidade do próprio jovem que deseja sua autonomia e valorização seja dentro de casa, seja na comunidade. Verificamos que em algumas comunidades, especialmente rurais pobres, a valorização do indivíduo está na sua capacidade de trabalho. Na capacidade de melhorar a condição de vida de sua família. São comunidades onde as perspectivas para o jovem são poucas, mesmo para os mais escolarizados.” Edson Mauricio Cabral, técnico do projeto.

Um importante ator que a experiência demonstrou ser estratégico envolver nesta reflexão foi o profissional da educação. Como um dos atores com maior convívio direto com as crianças e adolescentes, ele passou a ser frequentemente utilizado como figura chave em diferentes ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil. Além de participar de encontros específicos de formação promovidos pelo Cata-Vento, coube aos professores de alguns municípios serem os responsáveis pela aplicação dos questionários para o mapeamento de crianças e adolescentes trabalhadores.

“A metodologia envolveu a escola como um todo, alunos, professores e comunidade. É um pacto que você fecha. Permitiu discutir na essência o que é o trabalho infantil com professores oferecendo aos profissionais da educação instrumentos para identificar e relacionar determinadas dificuldades da criança dentro da sala de aula com o trabalho infantil.” Paulo José de Lara Dante, Coordenador das áreas de formação profissional e responsabilidade



social da Federação dos Empregados no Comercio do Estado de São Paulo e membro da coordenação colegiada do Fórum Paulista.

Entretanto, este importante papel que as escolas vêm desempenhando na identificação e denúncia de violações de direitos de crianças e adolescentes, apenas é possível mediante processos permanentes de formação e sensibilização da categoria.

“Apesar do valoroso trabalho da escola neste campo, não dá para considerarmos que é consenso junto aos professores e demais profissionais da educação de que o trabalho infantil é uma violação de direitos. Muitos deles possuem histórico de trabalho quando crianças e consideram que isto foi positivo para eles. É importante discutir sempre e refletir bem com este profissional esta situação e desmistificá-la. Realmente muitos conseguiram, apesar do trabalho precoce, se desenvolver e ter hoje uma boa vida mas não podemos considerar isso como regra e muito menos deixar de considerar todas as perdas que esta pessoa teve por ter trabalhado cedo. Geralmente os ganhos não conseguem superar as perdas que ficam marcadas na vida adulta, mas nem todos conseguem perceber isso”. Isabel Rego técnica do projeto.

Princípio 3 – Ação em rede

A atuação em rede fortalece o capital social necessário para que novas práticas e formas de pensar se estabeleçam e sejam incorporadas na vida comunitária além de contribuir para a sustentabilidade de ações e resultados.

Uma das principais aprendizagens produzidas pelos projetos sociais nos últimos 20 anos foi a importância da ação em rede para garantir impactos que garantam a sustentabilidade de resultados. A consciência de que grande parte dos problemas sociais está relacionada a causas estruturais que não podem ser vencidas por ações isoladas, mas por esforços integrados de diversos atores, cresceu especialmente no campo dos movimentos e organizações do terceiro setor que passaram a investir cada vez mais na reflexão sobre o conceito de rede.

Apesar desta consciência já estar bem consolidada, colocar o conceito em prática é uma tarefa difícil e atuar em rede não é algo que uma receita ou passo a passo resolva. No caso do projeto Cata-Vento, esta aprendizagem constituiu um princípio conceitual que norteou todas as ações, responsáveis por dois resultados já traçados como esperados desde o início do projeto:

- Ter a comunidade mobilizada para o enfrentamento das piores formas de Trabalho Infantil.
- Ter o Sistema de Garantia de Direitos em Rede Integrada e Articulada.

Ambos são resultados que exigem a mobilização, articulação e ação integrada de diferentes segmentos para o enfrentamento do trabalho infantil. Neste sentido, a ação em rede se configurou como principal estratégia que esteve presente em todo processo de mobilização e formação dos Fóruns Regionais/ Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil além do estabelecimento de parcerias que pudessem complementar ações iniciadas e fortalecer espaços onde o Cata-Vento possuía limites.

No caso dos fóruns era preciso articular nos mesmos espaços atores que historicamente possuíam relações de conflito como movimentos organizados da sociedade civil, atores do poder público e representação de empresas e empregados. Uma tarefa difícil, onde atitudes que agreguem interesses e estabeleçam consensos e atitudes dialógicas são muito necessárias. A existência de um foco claro e preciso como a erradicação do trabalho infantil foi importante para garantir que estes espaços fossem constituídos apesar das diferenças ideológicas e políticas dos seus integrantes.

Da mesma forma a articulação do Sistema de Garantia de Direitos em rede permitiria que ações fossem potencializadas considerando que não seria a ação isolada de uma organização que permitiria atender as diferentes necessidades que a proteção integral preconiza no Estatuto da Criança e do Adolescente. Articular ações de atendimento direto assistencial e psicológico com ações de complementação e geração de renda e com ações de formação educacional é imprescindível para que o esforço não seja perdido.

Um ganho significativo neste campo ocorreu em Ferraz de Vasconcelos onde as organizações conveniadas com o Cata-Vento puderam estabelecer parcerias entre elas e desenvolver um trabalho articulado e complementar.

“É fundamental esta articulação entre as organizações, pois a população é a mesma, os problemas são os mesmos. Quando agimos coletivamente, todo mundo ganha. Em Ferraz teve esta experiência positiva de ação coletiva que beneficiou diversas crianças e suas famílias. Isso é fundamental, é um desafio e foi um ganho para a região.” Elisabete Bento de Souza Santos, coordenadora técnica da Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social e Articuladora Local do Projeto.



PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Desde a sua concepção, o Projeto Cata-Vento já tinha estabelecido alguns pressupostos que iriam determinar a forma de operação da equipe tanto na implementação das ações, quanto na relação com os municípios e diferentes atores envolvidos com a experiência.

De uma maneira em geral, todos se preocupavam com o caráter articulador, mobilizador e catalisador do Projeto e com a coerência com seus princípios conceituais, em especial com os da ação participativa.

Alguns pressupostos foram estabelecidos no planejamento das ações e outros foram incorporados à medida que a reflexão na ação apontava para a necessidade de rever procedimentos e não colocar em risco os resultados almejados.

Pressuposto 1 – CONSTRUIR JUNTO com os atores locais todas as ações que seriam implementadas nos municípios.

Nada deveria chegar pronto no município. Tudo deveria ser construído com os atores locais. O processo de construção coletiva é sempre mais demorado e muitas vezes penoso, marcado por conflitos. Entretanto, uma das aprendizagens que a equipe do Cata-Vento já trazia para o projeto era que dificilmente o que se constrói de forma isolada possui sustentabilidade.

A equipe tinha clareza que, em um projeto de duração determinada de dois anos era imprescindível que outros atores se apropriassem do espírito e instrumentos da proposta para que garantissem posteriormente sua continuidade, em especial na manutenção dos resultados atingidos.

Um indicador da importância deste pressuposto são as falas de representantes do poder público local e de organizações que não se referem ao Cata-Vento como um projeto da Fundação Orsa ou da OIT, mas como um projeto do município.

“Cata-Vento propiciou relação mais horizontal. De parceria em igualdade de condições. Foi uma parceria franca e direta.” James Lemos Abreu, técnico da Secretaria de Assistência Social da Sub Prefeitura de São Mateus e articulador do Cata-Vento na região.

“O interessante do projeto é que nada veio pronto. Foi elaborado em conjunto com as organizações.” Noemia de Jesus Soares Santos, Coordenadora do Núcleo Sócio Educativo Pingo da Alegria da Organização Social Sociedade Instrução e Socorros, parceira do Projeto.

Pressuposto 2 – Garantir planejamento e boa organização das ações.

A capacidade organizativa da equipe favoreceu a participação e adesão dos atores sociais envolvidos, devido ao cumprimento dos horários, materiais disponibilizados, bem como, as dinâmicas adotadas para as reuniões. Considerando que os deslocamentos entre os municípios eram grandes e cansativos, era imprescindível garantir maior eficiência nas reuniões locais de modo que as decisões necessárias fossem tomadas e não ocorresse uma desmobilização local.

Pressuposto 3 – Respeitar a diversidade em cada município.

As sérias conseqüências da pobreza e suas causas estruturais muitas vezes fazem com que questões específicas da exclusão social de determinados grupos se percam em meio a uma invisibilidade de problemas. As questões de gênero, etnia, religião e orientação sexual passam muitas vezes despercebidas como se os únicos problemas das populações pobres fossem a falta de trabalho, moradia e comida. Apesar de não terem ocorrido ações específicas voltadas para estas temáticas, houve por parte da equipe uma postura inclusiva em diferentes momentos da experiência.

Dentre as mais freqüentes, estavam as situações envolvendo questões de gênero. No caso de Itapeva, a ação desenvolvida pela organização social conveniada foi determinante para a inclusão de mulheres em espaços historicamente comandados por homens como



as associações de moradores e comunitária das comunidades de Pacova, Alto da Brancal e comunidade quilombola do Jaó.

Outra ação importante foi o foco das ações de geração de renda nas mulheres que não se limitaram apenas em oferecer capacitação técnica profissional, mas em ser espaço onde as questões específicas das mulheres nas suas relações de vida, e em especial com companheiros e filhos, fossem refletidas e compartilhadas.

“Eu passei a me achar importante porque antes eu não me achava. Agora eu sei fazer algo que outros não sabem. Algo que é diferente e que é valorizado pela minha criatividade. É maravilhoso quando alguém elogia e diz que é bonito”. Antonia Francisca Almeida Costa, 37 anos, aluna da oficina de bijuteria oferecida em São Mateus no âmbito do Cata-Vento.

Outro ponto importante foi a escolha da comunidade quilombola do Jaó em Itapeva e o desenvolvimento de uma ação que respeita os valores e cultura construídos na história da comunidade.

“Temos muitas vezes um olhar sobre a pobreza que parece homogeneizar as relações. Mas se você é negro, é mulher ou é jovem o preconceito é maior ainda. É como se a pobreza tivesse apenas um rosto. Mas são muitos e para cada um a consequência tem diferença”. Sueli de Fátima Rodrigues dos Santos Rezende, assistente social da organização social Adesai que ofereceu oficinas para os jovens mapeados de Itapeva e prestou atendimento às famílias.

Pressuposto 4 – Saber ouvir, respeitar a diversidade de opiniões e garantir a palavra para os diferentes atores locais.

O projeto Cata-Vento tinha como importante tarefa articular e/ou fortalecer em cada município um grupo de atores locais de diferentes segmentos para atuar na prevenção e erradicação do trabalho infantil. Neste caso era imprescindível ter uma escuta aprimorada não apenas capaz de perceber como estavam configuradas as relações de poder local, mas como indicativo importante de valorização do conhecimento e experiência local.

Pressuposto 5 – Atuar de forma integrada e articulada com diversos setores

Uma compreensão do Cata-Vento é que o trabalho infantil não pode ser visto apenas como um problema da assistência social. Um importante aprendizado é que a solução do problema passa pelo esforço integrado e articulado de diferentes segmentos do governo, da sociedade civil organizada, do empresariado e trabalhadores.

A participação nas comissões e fóruns do PETI e o envolvimento de diferentes secretarias de governo nas discussões e implementação de ações obedecia a este pressuposto. Duas parcerias importantes se destacam. Com o Ministério de Desenvolvimento Social e Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social para implantação e ampliação de metas do PETI e do Programa Sentinela nos municípios e entre o Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil dos municípios do Alto Tietê⁸ e a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) para uma ação conjunta no combate ao trabalho infantil dentro dos trens, envolvendo 22 municípios que cruzam linhas da CPTM.

Pressuposto 6 - Identificar, priorizar e investir recursos técnicos e financeiros em estruturas que já existissem nos municípios.

Considerando que o projeto teria uma duração determinada e que a sua continuidade dependeria das articulações locais, foi definido como pressuposto pela Fundação Orsa que nenhuma estrutura nova seria criada nos municípios. A hipótese era que uma ação que potencializasse o que já existe, teria mais agilidade e eficácia do que instituir novas estruturas que demandariam mais recursos e ações de acompanhamento e gestão.

Neste sentido, foram mapeados em cada município, sempre em discussão com os fóruns e comitês locais, quais organizações poderiam desenvolver as ações necessárias tanto no atendimento das crianças e adolescentes mapeados quanto das famílias. Com estas organizações foram firmados convênios e repassados recursos per capita para o atendimento a ser desenvolvido.

⁸ O Fórum Regional congrega 10 municípios do Alto Tietê, dentre os quais Ferraz de Vasconcelos, tendo sido estruturado a partir da intervenção do Cata-Vento na região.



Pressuposto 7 – Ter um olhar sistêmico sobre o problema do Trabalho Infantil e não assumir uma postura de “apontar o dedo para culpados”.

Uma das principais preocupações do Cata-Vento nos municípios era criar um clima de responsabilização pela causa da criança de forma que todos os atores compreendessem o seu papel na luta contra o trabalho infantil. Mas, para isso era importante ter o cuidado de não “apontar culpados” de forma arrogante impedindo o entendimento e o diálogo necessário.

Na ação com as prefeituras este foi um pressuposto importante para conseguir a abertura do poder público local e sua parceria com utilização de investimentos próprios e estrutura pública local.

“Nosso papel era auxiliar todos os envolvidos com o Cata-Vento a refletir melhor sobre a situação da criança e do adolescente que trabalha antes do tempo e principalmente daqueles que trabalham nas piores formas. A ação tinha que ser sócio-pedagógica, onde construíamos juntos um novo conhecimento e uma nova compreensão da realidade. Não podíamos adotar uma postura impositiva e acusatória que apenas acirraria conflitos e dificultaria o diálogo”, Edmilson Selarin Junior coordenador do projeto.

Pressuposto 8 - Garantir trocas de experiências entre pessoas, municípios e organizações.

Este pressuposto se relacionava a dois fatores: a potencialização do tempo e dos recursos, permitindo unir em uma mesma atividade, representantes de diferentes municípios; e a potencialização do aprendizado que fica mais rico quando se promove a interação com outros que sofrem os mesmos problemas e partilham de mesmas experiências em contextos diferentes.

O pressuposto norteou em especial a organização dos encontros de formação e das feiras de comercialização. No caso dos jovens e seus familiares cuja grande parte nunca havia saído de sua própria comunidade ou município, ter podido viajar e participar dos eventos representou ainda uma ampliação do universo cultural importante para o estímulo de novos desejos e possibilidades de vida.

Para técnicos e profissionais representou a possibilidade de trocar com colegas conhecimentos construídos na prática.

“É muito importante esta troca, conhecer alguém de fora do seu contexto que mostre sua realidade e como enfrentá-la. Apesar da importância da reflexão teórica, permitir que a prática seja o local da aprendizagem e da produção de conhecimento é fundamental para compreendermos o quanto é importante o que fazemos e nos estimular a aprimorar ainda mais.” Rejane Galvão de Carvalho, psicóloga do Centro de Referência Especializada de Assistência Social vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social de Caraguatatuba e membro do Fórum Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

“No decorrer do projeto participamos de encontros e o tema de um dos encontros era tecer a rede. Nosso trabalho foi paralelo aos encontros. Íamos e víamos o que os municípios estavam fazendo e era também momento de nos conhecermos mais.” Paula de Campos Bueno, professora da rede municipal de Caraguatatuba.

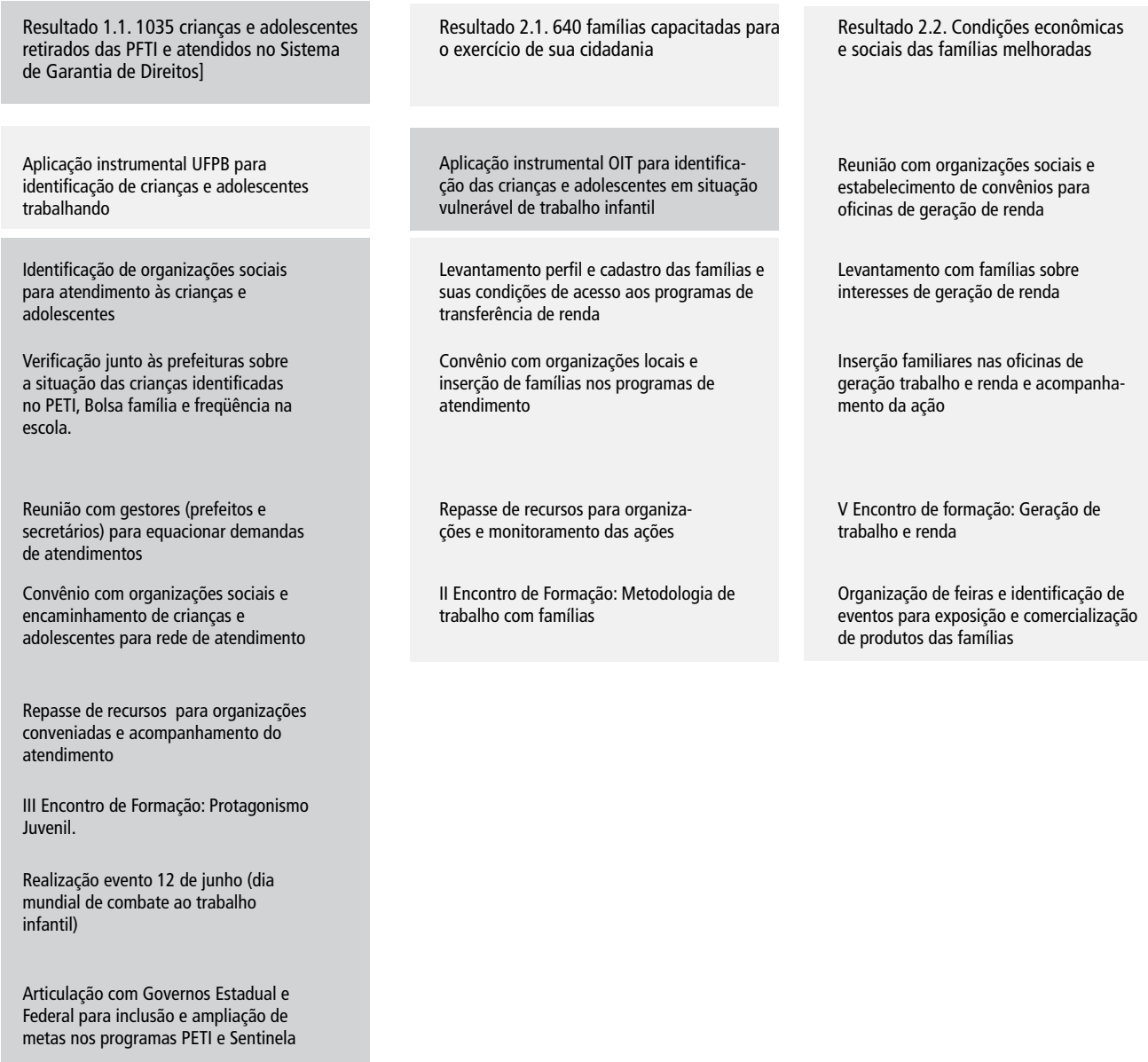


Árvore de objetivos

Projeto Cata-Vento

Obj. 1 - Retirar crianças e adolescentes das PFTI e prevenir novos casos através de modelo participativo.

Obj. 2 - Fortalecer famílias nos aspectos socio-culturais e econômicos a partir de abordagem emancipatória



Obj. 3 - Sistema de Garantia de Direitos em rede,
comunidade mobilizada contra PFTI e metodologia
disseminada.

Resultado 3.1. Sistema atuando em rede
integrada com atores sociais compro-
metidos no combate às PFTI.

Reuniões ampliadas nos municípios
integrando atores do sistema de garantias

Assinatura pelos prefeitos do Termo de
Adesão ao Projeto Cata-Vento

Constituição de Fóruns de Prevenção e
Erradicação do Trabalho Infantil em
Itapeva, Ferraz e Caraguá e da
Comissão de Trabalho Infantil em São
Mateus e fortalecimento da comissão
municipal de PET em Campinas.

Implantação e ampliação de vagas do
PETI e Sentinela em São Paulo,
Caraguá, Ferraz e Campinas

I Encontro de Formação: Trabalho
Infantil

Encontros de formação continuada
sobre o Sistema de Garantias de
Direitos

Curso da Escola de Governo em
Caraguatatuba

Reuniões com secretarias, organiza-
ções de atendimento e órgãos do
governo federal para integrar ações.

IV Encontro de formação: Planos
Municipais de PETI

Resultado 3.2. Novos municípios
compromissados com a prevenção e
combate às PFTI.

Incorporação do município de Ferraz ao
Projeto Cata-Vento

Apresentação aprendizagens Cata-Vento
para empresários, técnicos e gestores do
Estado do Paraná.

Participação técnicos do Paraná nos
Encontros de Formação sobre Planos de
PETI e Geração de Renda

Criação e fortalecimento dos Fóruns
Regionais de PETI

Apresentação da metodologia
Cata-Vento aos Conselhos Municipais
da Criança e da Assistência Social aos
municípios interessados

Ampliação dos municípios participantes



CENÁRIOS DE INTERVENÇÃO

Algo imprescindível de ser considerado no planejamento de uma intervenção social é a análise dos diferentes cenários onde esta intervenção irá ocorrer. No caso do Cata-Vento estes cenários influenciaram diretamente na condução do projeto obrigando em alguns momentos a equipe a rever estratégias e adotar correções de rota.

A compreensão dos cenários é importante, pois são diferentes de experiência para experiência. Alguns podem ser comuns, mas muitos podem ser únicos, o que faz muitas vezes determinadas ações impossíveis de serem replicadas. Os cenários analisados referem-se às fragilidades e fortalezas da estrutura interna do projeto que facilitaram, dificultaram ou impediram a implementação das ações; e às ameaças enfrentadas e oportunidades aproveitadas que surgiram na relação com outros atores externos ao projeto.

Fortalezas do projeto Cata-Vento determinantes para sua implementação

Fortaleza 1 - Perfil da equipe: conhecimento técnico da área da infância; flexibilidade; militância e compromisso com a causa; disposição e persistência.

Garantiu: Boa entrada nos municípios, considerando a capacidade de articulação e diálogo da equipe, além do reconhecimento ao conteúdo demonstrado, que forneceu legitimidade ao projeto⁹.

Fortaleza 2 - Perfil do coordenador: conhecimento técnico sobre o tema do trabalho infantil; reconhecimento e legitimidade na área; habilidade na gestão de pessoas e na ação articuladora.

Garantiu: Entrada da instituição em espaços de influência em políticas públicas como o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil além de conseguir agregar e motivar a equipe nos momentos difíceis do projeto.

Fortaleza 3 - Proposta metodológica baseada na articulação e mobilização.

Garantiu: Mobilização e motivação dos diferentes atores do município constituindo uma experiência dinâmica que conseguiu grande aderência nas diferentes localidades.

⁹ Essa característica refere-se à segunda equipe que assumiu o projeto no final de 2004 e permaneceu até o encerramento do projeto. O perfil foi importante, inclusive, para superar a resistência criada nos municípios devido a forma de entrada da primeira equipe que, apesar do conhecimento técnico, não possuía perfil articulador que facilitasse o diálogo, competência fundamental em projetos de articulação como o Cata-Vento cujo produto principal é a mobilização do capital social existente nos municípios.

Fragilidades do projeto que dificultaram sua implementação e formas de superação

Fragilidade 1 – Os procedimentos administrativos e financeiros adotados inicialmente não atendiam as necessidades de agilidade e dinâmica características de um projeto de mobilização e articulação e de duração determinada.

Superada em grande parte: A partir de reuniões entre as áreas da Fundação Orsa foi possível adequar os procedimentos administrativos e financeiros de forma que atendessem às necessidades do projeto.

Fragilidade 2 – Inexistência de um plano de comunicação para as ações do projeto.

Não superada: A relação com os meios de comunicação foi pontual e deficitária. Grande parte das ações não teve impacto de mídia pela falta de um plano estruturado.

Este fator é importante considerando o caráter mobilizador e articulador do projeto que precisa de visibilidade para atingir alguns resultados imediatos.

Fragilidade 3 - Pressuposto de que havia nos municípios uma rede estruturada para realizar os atendimentos de crianças, adolescentes e familiares mapeados quando na realidade esta rede necessitava de maior apoio e articulação.

Superada: A partir dos convênios e dos encontros de formação e acompanhamento, foi possível identificar organizações e motivá-las a ampliar seus atendimentos e criar novas formas de atendimento, em especial nos campos da geração de renda e atendimento às famílias. As ações de formação do projeto e de articulação dos fóruns e comissões contribuíram ainda para fortalecer a rede de atendimento.

Fragilidade 4 - Prazo inicial de 2 anos para execução do projeto.

Superada parcialmente: Apesar do projeto ter conseguido atingir todos os resultados previstos, o tempo estipulado de execução não era suficiente para consolidar algumas ações iniciadas e fornecer sustentabilidade para os resultados. O campo da geração de renda, especialmente, demonstrou ser uma área de ações e resultados de médio e longo prazo. Neste sentido foi acordada uma ampliação de cinco meses com a OIT.

Fragilidade 5 – Critérios para composição inicial da equipe.

superada: Apesar de ser uma equipe que detinha bom conhecimento técnico na área da



infância, não possuía o perfil mobilizador e articulador necessário para as características do projeto. Com a reestruturação feita ainda na primeira fase do projeto, incorporando novos componentes com critérios mais precisos, esta fragilidade foi plenamente superada.

Fragilidade 6 – Utilização de instrumentais para diagnóstico, incompatíveis com a realidade dos municípios.

Superada: Inicialmente, a utilização de instrumentais elaborados por outros estados e aplicados por solicitação da OIT com o objetivo de unificar uma base de dados nacionais sobre trabalho infantil teve grande dificuldade por não atender as especificidades dos municípios. As terminologias utilizadas dificultaram tanto a compreensão dos pesquisadores dos municípios quanto o processamento da informação. A utilização de novos instrumentais e adequação de outros por parte da equipe permitiu que o mapeamento fosse desenvolvido apesar do atraso inicial do processo.

Oportunidades aproveitadas que potencializaram ações e resultados

Oportunidade 1 - Existência de Lideranças locais identificadas com a causa e organizações que poderiam compor a rede a ser estruturada.

Apesar de, em todos os municípios ainda ser forte a cultura de que o trabalho enobrece e que por isso o trabalho infantil beneficia, foram identificadas importantes lideranças junto às administrações públicas e organizações locais que partilhavam dos princípios do projeto e viam no trabalho infantil uma séria violação de direitos. A presença destas pessoas, especialmente nos órgãos públicos foi importante oportunidade que facilitou o processo de mobilização e estabelecimento de parcerias institucionais.

Oportunidade 2 - Posse dos novos prefeitos.

Em São Paulo, o Projeto Cata-Vento ganhou visibilidade. Por orientação do então prefeito José Serra e depois do atual prefeito Gilberto Kassab, a prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, adotou o combate ao trabalho infantil urbano como uma política pública prioritária desta gestão. Pela primeira vez, foi criada a Comissão Municipal de Combate do Trabalho Infantil, com ações intersecretarias e intersetoriais. O secretário Floriano Pesaro ampliou a metodologia do Projeto Cata-Vento, restrito no município à região de São Mateus, para as demais subprefeituras da cidade, fazendo as adaptações necessárias e buscando parceiros diversos em todas as regiões. Trata-se do Programa São Paulo Protege, dentro do qual está inserido um conjunto de serviços, projetos e ações para atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal, como as que estão em trabalho infantil urbano. Foram lançados também a campanha “Dê mais que esmola. Dê futuro”, para conscientizar a população a não dar esmolas nem comprar produtos de crianças e adolescentes nos faróis da capital, e o Projeto Ludi-Cidade – Arte, Cultura, Esporte, que promove ações de reinserção social, como atividades lúdicas, esportivas, culturais e de lazer, para os usuários da rede de proteção social da secretaria.

O fato de novos prefeitos estar assumindo seus cargos foi uma oportunidade para que pudessem desde o início da gestão assumir compromissos contra o trabalho infantil. Este fato permitiu negociações proveitosas de contrapartidas dos municípios e a mobilização dos prefeitos nos eventos políticos marcantes do projeto.



Oportunidade 3 - Parceria com a Organização Internacional do Trabalho

Ter a OIT como parceira forneceu legitimidade ao trabalho e abriu canais importantes de diálogo, especialmente com as prefeituras e na mobilização dos próprios prefeitos que assinaram termos de compromissos contra o trabalho infantil. Permitiu ainda maior visibilidade para a competência da própria Fundação Orsa no campo da prevenção e erradicação do trabalho infantil.

Oportunidade 4 - Parcerias estabelecidas extra-município.

Grande parte das parcerias estabelecidas permitiu potencializar os processos formativos. Em especial, as instituições OIT; Sedes Sapientiae; Save the Children; Unitrabalho; Senar; Specto; Escola de Governo; Instituto Âmbar; IDIS; SEBRAE; Ministério do Trabalho e Emprego; Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo; Câmara Temática do Trabalho Informal no âmbito do Fórum Paulista e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Oportunidade 5 – Capilaridade do Fórum Paulista

Uma facilidade para a execução do Cata-Vento foi a organização e capilaridade que o Fórum Paulista já possuía. Antes do projeto, o Fórum já tinha identificado quais eram as piores formas de trabalho infantil presentes no estado e em quais localidades. Além de ter facilitado no processo de definição dos municípios que receberiam as ações do projeto foi determinante para o processo de mobilização inicial.

Ameaças que colocaram em risco ou inviabilizaram ações e resultados e formas de superação

Ameaça 1 - Fragilidade na mobilização do empresariado.

Não superada - No convênio de âmbito nacional firmado com a OIT, outras organizações tinham como tarefa a mobilização do empresariado visando integrá-los nas ações locais, entretanto a fragilidade desta mobilização fez com que poucos empresários fossem envolvidos nas ações desenvolvidas.

Ameaça 2 - Estrutura do Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil não voltada para desenvolvimento de ações permanentes de acompanhamento e implementação de ações.

Superada – O Fórum Paulista é composto por organizações que voluntariamente participam das suas reuniões e decisões. Possui uma estrutura voltada para atender suas necessidades de articulação e mobilização e não de execução de ações. Como cabia ao Fórum o acompanhamento das ações do projeto e a relação primeira com os municípios a sua atuação poderia comprometer o calendário de execução do projeto. Entretanto a distribuição de tarefas entre a coordenação colegiada do Fórum e o comprometimento de seus integrantes garantiu a participação freqüente do Fórum e agilidade necessária nos momentos de tomada de decisão.

Ameaça 3 - Resistência Inicial de alguns municípios na adesão ao Projeto Cata-Vento.

Superada – A resistência surgiu pelo desconhecimento dos municípios sobre como o projeto iria ser desenvolvido. A principal dúvida era se o município seria culpabilizado pelo problema e não ajudado a superá-lo. Com o esclarecimento feito pela equipe através das inúmeras conversas e reuniões envolvendo prefeitos e gestores, e com a participação da OIT nas conversas e dos integrantes do Fórum Paulista, esta ameaça foi plenamente superada.



“Havia programas que já estavam previstos de virem para o município, mas com o Cata-Vento, ganharam mais agilidade. Tanto o PETI quanto outros, é só olhar e ver que as coisas cresceram e caminharam”. Neiva Venture Santos, Assistente Social do Instituto Mamulengo e membro do Fórum Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Caraguatatuba.

AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROJETO

Ação 1 – Mapeamento e cadastro de crianças e adolescentes trabalhando no município

A necessidade do mapeamento foi tanto precisar o número de crianças e adolescentes que seriam atendidos nos convênios a serem firmados em cada município quanto levantar informações sobre a exploração do trabalho infantil, especialmente nas suas piores formas, para subsidiar uma reflexão coletiva com os diferentes atores dos municípios e identificar ações possíveis de reverter o quadro. Outro objetivo era ter uma linha de base para futura avaliação sobre o quanto o problema foi superado.

Passo a passo

Definição de instrumental:

Para o mapeamento inicial foram utilizados dois instrumentais, ambos encaminhados pela Organização Internacional do Trabalho e elaborados pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O primeiro, denominado “mosquito” deveria ser aplicado junto a um conjunto amplo e indiscriminado de crianças e adolescentes, geralmente dentro do espaço escolar, para um mapeamento de localidades onde se concentrasse o trabalho infantil. Era um instrumental de poucas perguntas e rápida aplicação.

O segundo deveria ser aplicado apenas nas crianças e adolescentes que tivessem apresentado, na aplicação do “mosquito”, indicativos que exerciam alguma ocupação.

Levantavam dados sobre a ocupação exercida pela criança, os riscos dessa ocupação, além de sua situação de escolaridade. Era de aplicação demorada com um grande número de questões.

Para obter dados socioeconômicos e culturais das famílias a serem atendidas pelo Cata-Vento, foi elaborado pela própria equipe da Fundação Orsa um terceiro instrumental que foi aplicado junto às famílias das crianças e adolescentes que foram inseridos nas atividades promovidas pelas organizações conveniadas pelo Cata-Vento.

Identificação de atores locais para coordenar e aplicar instrumentais:

No caso dos dois instrumentais elaborados pela UFPB que foram aplicados no início do projeto, em cada município houve um ator local que se responsabilizou pela coordenação da aplicação dos instrumentais. A escolha ocorria junto ao município. No caso de Campinas houve um convênio com a Cooperativa de Assistentes Sociais que desenvolveu a ação em parceria com a Diretoria Estadual de Ensino das regiões leste e oeste. Em Caraguatatuba, houve uma ação articulada entre Secretaria Municipal de Saúde e Educação, ambas coordenadas pela equipe da Fundação Orsa. Em Itapeva, a equipe técnica do Projeto Cata-Vento mais a equipe da Fundação Orsa no município e supervisores de ensino dos bairros atendidos foram responsáveis tanto pela coordenação quanto pela aplicação dos instrumentais. Em Ferraz foram os técnicos da Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social e das organizações sociais e em São Mateus as próprias organizações sociais conveniadas, coordenadas pela equipe da Fundação Orsa aplicaram os instrumentais.

Já no caso do instrumental elaborado pela equipe do Cata-Vento para obter dados sócio-econômico-culturais das famílias, a aplicação ocorreu de forma diferenciada em cada um dos municípios, de acordo com o andamento do Projeto.

Análise e processamento dos dados:

No caso dos instrumentais da UFPB o processamento e a análise ficaram por conta da OIT. Já o questionário formulado pela equipe do Cata-Vento foi processado pela própria equipe do projeto.



Realização de reuniões ampliadas para apresentação dos dados:

Foram envolvidos conselheiros, agentes do poder público (prefeitos, secretários de governo, diretores, coordenadores de organizações públicas de atendimento e fiscalização) representantes da sociedade civil organizada, representantes dos segmentos dos trabalhadores e dos empregadores da cadeia produtiva onde ocorre o trabalho de crianças e adolescentes, para apresentação dos dados levantados.

Dificuldades enfrentadas

A principal dificuldade enfrentada pela equipe do projeto Cata-Vento foi encontrar informações organizadas que permitissem fazer este diagnóstico inicial e importante para definir as demais ações a serem adotadas. Os municípios de uma maneira geral não possuem esse tipo de informação e nem organizações capacitadas para fazê-lo, com exceção dos que sediam universidades que se dedicam ao tema. Daí a necessidade dos instrumentais da UFPB, cuja aplicação não estava prevista inicialmente pelo projeto.

Outra dificuldade foi a própria aplicação dos instrumentais fornecidos pela UFPB, criados de maneira eficaz para a realidade do Nordeste, mas que não foram devidamente adequados ao contexto do sudeste, cujas terminologias e questões relativas ao trabalho infantil são diferentes.

Produtos da ação

Entretanto, apesar destas dificuldades o diagnóstico se revelou como tarefa indispensável e graças a ele foi possível:

- Identificar em cada município um número real de crianças e adolescentes trabalhando e inserí-las junto com familiares em ações promovidas pelas organizações conveniadas ao Cata-Vento;
- Mobilização e sensibilização dos professores para o problema, estimulando em algumas escolas o desenvolvimento de ações de reflexão com a comunidade escolar;
- Subsidiar os municípios com os dados para pleitear junto ao Governo Federal e Estadual acesso a outras ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil, em especial a

implantação e ampliação de vagas do PETI e Sentinela em São Paulo, Caraguatatuba, Ferraz de Vasconcelos e Campinas;

“Com o diagnóstico tivemos condição de negociar com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social mais 68 bolsas para o Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Praticamente, conseguimos dobrar o atendimento que já tínhamos no município.”, Elisabete Bento de Souza Santos, coordenadora técnica da Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social de Ferraz de Vasconcelos e Articuladora Local do Projeto Cata-Vento.

Ação 2 – Definição de um articulador local em cada município Cata-Vento

O articulador local teve como função mobilizar dentro da localidade os atores que direta e indiretamente estariam envolvidos com a questão do trabalho infantil. Foi um elemento chave e estratégico que dependendo do seu grau de legitimidade dentro da região conseguia potencializar parcerias e resultados. Três critérios básicos foram utilizados pela equipe para escolher o articulador (1) Pertencer a alguma das instituições parceiras locais; (2) Ser alguém comprometido e com conhecimento sobre o tema do trabalho infantil; (3) Ser reconhecido e legitimado pelos outros atores locais tendo trânsito ou participação em espaços de articulação.

É importante destacar que não estava prevista esta função no projeto, mas ela foi criada considerando as distâncias entre os municípios e o risco de não ter frequentemente na localidade alguém com representatividade para garantir as ações de mobilização e articulação. Além disso, a escolha de um ator local forneceria mais legitimidade ao processo e fortaleceria a idéia de que o próprio município deveria estar na condução do processo.

Passo a passo

- Desenhar o papel e perfil do articulador local;
- Identificar possíveis articuladores dentro dos critérios traçados a partir de visitas e conversas com atores de diferentes segmentos dentro da região;



- Convidar pessoa identificada apresentando de forma clara os objetivos e limites do projeto;
- Pactuar com articulador seu papel e responsabilidades;
- Apresentar o articulador nos grupos locais e legitimá-lo para a ação.

Dificuldades enfrentadas

A principal dificuldade foi identificar alguém com a disponibilidade adequada para exercer a função, considerando que não havia uma remuneração para o trabalho e as pessoas identificadas já possuíam outras atribuições seja dentro da administração pública local seja em alguma organização social.

Outra dificuldade foi o afastamento ou desligamento do articulador. Em alguns municípios, esta dificuldade foi superada com a troca do articulador ou com um reforço dado pela própria equipe do projeto ou pela equipe da Fundação Orsa local.

Produtos da ação

Apesar da dificuldade apontada, a presença de um articulador local se demonstrou profundamente importante fornecendo resultados além dos esperados, em especial:

- Potencialização das ações articulando esforços do Cata-Vento com outros esforços locais.
- Comunicação mais clara e ágil entre equipe do projeto e conselhos, fóruns, secretarias e organizações locais;
- Mais eficiência na organização de eventos locais;

Ação 3 – Constituição dos Fóruns de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Constituir os Fóruns de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil tanto foi uma ação estratégica que forneceu suporte político para as demais ações quanto um resultado em si, à medida que sua constituição significa que o tema do Trabalho Infantil foi incorporado na agenda local integrando diferentes segmentos.

Passo a passo

- Identificar os diferentes atores sociais que tenham interface com a proposta e tema do trabalho infantil mediante ajuda do articulador local (caso ele já tenha sido escolhido);
- Realizar uma seqüência de reuniões com diferentes atores para apresentar o projeto e ressaltar a importância de cada ator na identificação das demandas e possíveis soluções;

Nos dois passos acima, tanto a participação do Fórum Paulista quanto da OIT foi fundamental. Além de facilitar a identificação de organizações e o diálogo com os diferentes organismos públicos municipais, estaduais e federais ainda estiveram presentes em diversas ações locais fornecendo um peso político importante para o início do projeto.

- Subsidiar e legitimar a ação do articulador local;

O articulador local teve um papel importante na constituição dos fóruns. Funcionou como um animador de rede que dentro do município mantinha a comunicação permanente com os diferentes atores, subsidiando-os com informações e sensibilizando-os quanto à importância da existência do fórum. Neste sentido, era importante uma comunicação freqüente da equipe com o articulador fornecendo-lhe subsídios com informações sobre o projeto e outras articulações estaduais e nacionais, além de legitimá-lo nos espaços criados enfatizando para todos o seu papel no município.

Dificuldades enfrentadas

A principal dificuldade foi a pouca participação do empresariado. Neste caso, é importante destacar que a mobilização e sensibilização do empresariado em nível nacional deveria ter sido realizada por outra organização diretamente conveniada com a OIT. Entretanto, as ações no estado de São Paulo foram pouco eficazes e não apresentaram o resultado esperado.

Outra dificuldade foi a falta de uma cultura de ação em rede e articulada. Não apenas entre as diferentes organizações sociais que existem e atendem crianças e famílias dentro do município, mas entre as próprias secretarias de Governo que não possuem tradição em desenvolver ações integradas.



Também faltaram instrumentos mais eficazes e eficientes de comunicação que promovessem uma maior troca entre os integrantes de cada fórum e entre os diferentes fóruns seja de uma mesma região ou de regiões diferentes.

Produtos da ação

Apesar das dificuldades listadas acima, os resultados atingidos por esta ação foram além dos esperados, dentre os quais:

- Constituição dos Fóruns de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em Itapeva e região, Ferraz de Vasconcelos e região, em Caraguatatuba e da Comissão de Trabalho Infantil da região de São Mateus, no âmbito do Fórum DCA de São Mateus;
- Fortalecimento das ações da Comissão Municipal do PETI de Campinas;
- Fortalecimento de ações integradas e articuladas entre secretarias de governo, organizações sociais e conselhos;

“O Cata-Vento criou a oportunidade que precisávamos para juntar os esforços. Com o projeto demos visibilidade ao tema e com o Fórum conseguimos discutir questões conjuntas e mobilizar atores importantes da região como a própria CPTM que agora é parceira nossa na solução do problema das crianças que trabalham como ambulantes nos vagões.” Elisabete Bento de Souza Santos, Coordenadora Técnica da Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social de Ferraz de Vasconcelos e Articuladora Local do Projeto Cata-Vento.

“A princípio o fórum se reunia para discussão sobre o que poderíamos fazer com o trabalho infantil. A proposta do fórum é que todos falem, sugiram, e às vezes, alguém ficava esperando outro dar a deixa para ele falar. Mas com o tempo, o fórum foi amadurecendo. Na medida em que fomos caminhando, conseguimos muitas coisas. Cada um trouxe o que fazia e montamos um brinquedo. Cada um trouxe sua peça e fomos encaixando uma na outra. Quando recebemos o total de 140 crianças na rua trabalhando e com a chegada da temporada de férias e carnaval ficamos preocupados. Não sabíamos o que fazer, mas aí veio a Assistência Social do município e começamos a integrar as ações com o Esporte e a Educação. Além de podermos oferecer atividades integradas ainda conseguimos resolver o problema da alimentação.” Rejane Galvão de Carvalho, psicóloga da Secretaria Municipal de Assistência Social de Caraguatatuba e membro do Fórum Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Ação 4 – Reuniões Ampliadas integrando atores de segmentos diferentes e municípios diferentes

As reuniões ampliadas foram espaços privilegiados de mobilização e divulgação das ações da experiência, que envolviam mais de um ator para tratar de assuntos específicos do Cata-Vento. Foram fundamentais antes da criação dos fóruns para mobilizar atores de segmentos diferentes, para apresentar o projeto e para introduzir o tema do trabalho infantil na agenda de grupos específicos.

Dois aspectos importantes foram: o bom planejamento e a organização das reuniões, especialmente no cumprimento dos horários e na entrega de materiais prometidos dentro dos prazos, que eram valorizados pelos atores dos municípios mostrando seriedade e disciplina da equipe, estimulando a participação nas reuniões.

Passo a passo

- Definir assunto e discutir pauta com articulador local;
- Mapear com articulador local ou outros parceiros estratégicos o público a ser convidado;
- Fechar com articulador local, espaços e infra-estrutura para realização da reunião;
- Elaborar e entregar aos participantes materiais, conforme pauta e público;
- Delimitar tempo para a reunião respeitando horário de início e término;
- Abrir o espaço para dúvidas e discussões;
- Registrar deliberações e encaminhamentos.

Dificuldades enfrentadas

A principal dificuldade foi a mobilização dos segmentos empresarial e dos trabalhadores, que compareciam com pouca frequência às reuniões em alguns municípios.

Produtos da ação

- Divulgação do projeto do Cata-Vento para diferentes segmentos dentro do município;
- Sensibilização e mobilização dos atores municipais para a constituição dos Fóruns Municipais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.



Ação 5 - Encontros de formação

Os encontros de formação aprofundaram cinco temas: Trabalho infantil, Metodologia de Trabalho com Famílias, Protagonismo Juvenil, Planos Municipais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador e Geração de Trabalho e Renda.

Tinham como objetivo introduzir a temática do trabalho infantil na agenda de diferentes públicos entre gestores, conselheiros, técnicos, profissionais da educação etc, e refletir possibilidades de solução para o problema.

Os encontros reuniram públicos dos cinco municípios se tornando ainda espaços de integração e troca de experiências.



I Encontro de Formação do Projeto Cata Vento - Trabalho Infantil

Local e período: Guararema/SP (30/06 à 02/07/2005)

Total de Participantes: 72

Conteúdos e palestrantes: Panorama Histórico do Trabalho Infantil no Brasil e no Mundo (Ana Cristina Dourado - Save The Children); Marco Legal do Trabalho Infantil (Cynthia Ramos - OIT); Educação X Trabalho infantil (Fernanda Ferreira - Save The Children); Ação em Rede (Célia Schlithler - IDIS); Trabalho infantil e os danos à saúde (Consuelo Generoso Coelho de Lima – Auditora Fiscal Ministério do Trabalho e Emprego – Sub Delegacia de São Carlos - SP).



II Encontro de Formação do Projeto Cata-Vento – O Desafio de Desenvolver o Local de Forma Integrada e Sustentável “A arte de Tecer a Rede”

Local e período: Praia Grande/SP (26 à 29/09/2005)

Total de Participantes: 50

Conteúdos e palestrantes: Os limites estruturais da economia na perspectiva de geração de Trabalho e Renda (Marcelo Manzano – Diretor do Departamento de Trabalho e Renda – Secretaria Municipal da Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social de Campinas); Desenvolvimento Comunitário (Rogério Arns –SPECTO Instituto para o Desenvolvimento Social e Humano); A Política Pública de Saúde com foco na Família (Silvia Brunetti – Secretaria Municipal de Saúde de Araraquara/SP); Metodologia e Articulações - O desenvolvimento local em curso (Ana Lúcia Frezzatti Santiago – SEBRAE); Aspectos Institucionais e Técnicos do SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Claudete Morandi Romano - Chefe Adjunta da Divisão de Saúde, Promoção Social, Esporte e Lazer do SENAR).

Apresentação de experiências: Formação Suzano (André Luis de Souza - Fundação Orsa); Desenvolvimento de Projetos de Geração de Renda (Marcelina Mendoza - Cooperativas de Costura e Produtos Artesanais de Apiaí/SP); Centro de Excelência da Mulher (Jana Mara – CEM Centro de Excelência da Mulher - Fundação ORSA - Jari).

III Encontro de Formação do Projeto Cata-Vento - A Participação Juvenil na Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Local e período: Itapeceira da Serra/SP (01/04/2006)

Total de Participantes: 180

Conteúdos e palestrantes: A realidade do trabalho infantil no Brasil e no mundo (Edmilson Selarin Junior – Fundação Orsa); A importância do Indivíduo na construção da rede em defesa dos direitos das crianças e adolescentes – (Adriana Miritello Terahata - coordenadora do Instituto Âmbar), Trabalho Infantil - uma violação de direitos e o Sistema de Garantia de Direitos (Artur Scatolini Menten - Consultor);

Dinâmica de integração: Dança Circular Indígena – conduzida por Adriana Miritello Terahata

Oficinas: Roda de conversa com os jovens sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; sobre protagonismo juvenil e atividade de representação plástica em um pedaço de



tecido constituindo Bandeira de Direitos (Isabel Rego, Edson Cabral e Sandra Elias – Fundação Orsa e Fernanda Ferreira – Assistente de Programa - Save the Children); Como viabilizar as propostas apresentadas pelos jovens (Adriana Miritello Terahata – Instituto Âmbar);



IV Encontro de Formação do Projeto Cata-Vento - Elaborando os Planos Municipais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador

Local e período: São Paulo/SP (20/09/2006)

Total de Participantes: 77

Conteúdos e palestrantes: As lutas do movimento da infância contra o trabalho infantil (Pedro Américo de Oliveira - OIT); Constituição do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e elaboração do Plano Nacional (Isa Maria de Oliveira – Fórum Nacional); Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (Sílvia Brunetti – Fórum Paulista); Diretrizes do Projeto Cata-Vento (Edmilson Selarin Junior – Fundação Orsa); Matriz Metodológica para elaboração dos Planos Municipais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (Pedro Américo de Oliveira - OIT); Orçamento Público e o Cidadão (Rogério Grof – consultor)



V Encontro de Formação do Projeto Cata-Vento: I Ciranda Intermunicipal de Geração de Trabalho e Renda

Local e período: Caraguatatuba/SP (26 a 28/10/2006)

Total de Participantes: 156

Atividades:

- Visitas monitoradas às oficinas de geração de renda de Caraguatatuba (Secretaria Municipal de Assistência Social);
- Oficinas sobre Conscientização Ambiental; Cooperativismo; Resíduos e reciclagem; Empreendedorismo e Central de Cooperativas coordenadas pela Unitrabalho.
- Feira de exposição e comercialização dos produtos provenientes das oficinas de Geração de Trabalho e Renda dos 5 municípios;

Passo a passo dos Encontros de Formação

- Identificar palestrantes de acordo com tema;
- Definir públicos e critérios para participação;
- Encaminhar programação do encontro com antecedência para participantes;
- Mobilizar atores para participação acionando articulador local e rede de serviços por meio de telefone, e-mail e fax;
- Providenciar infra-estrutura necessária, em especial o transporte de ida e retorno dos participantes bem como estadia e alimentação;
- Providenciar material didático e de apoio;
- Confirmar participantes com relação nominal e documentos;
- Registrar encontros (fotos, depoimentos, avaliações e relatórios).

Dificuldades enfrentadas

A dificuldade de comunicação entre as organizações sociais dos municípios exigiu da equipe um esforço redobrado para garantir que todas as informações sobre os encontros (conteúdo, estadia, transporte etc.) pudessem chegar de forma precisa, além de conseguir o retorno com os dados dos participantes.

A falta de infra-estrutura de algumas organizações (sem acesso à internet e apenas uma linha telefônica), bem como, a dificuldade de comunicação interna entre gestores e técnicos das organizações.

Produtos da ação

- Profissionais de diversos segmentos da sociedade mais sensibilizados para o problema do trabalho infantil e desenvolvendo ações de atenção ao problema;
- Fortalecimento da rede de atendimento local com integração entre escolas e organizações sociais em algumas comunidades;
- Professores mais atentos e capacitados para identificar em sala de aula consequências do trabalho infantil;
- Início da elaboração dos Planos Municipais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em Caraguatatuba, São Paulo, Ferraz de Vasconcelos, Itapeva e Campinas;



- Comercialização de produtos elaborados nas oficinas de geração de renda dos municípios e fortalecimento do trabalho junto às famílias;
- Mobilização de crianças, adolescentes, jovens, famílias, escolas, organizações sociais e demais atores sociais, para realização de atividades coletivas no dia 12 de junho, Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.

Ação 6 – Sensibilização e formação dos Profissionais da Educação

Além da Fundação Orsa, outra organização conveniada com a OIT no âmbito do Cata-Vento foi a Save the Children responsável por implementar, em nível nacional, as ações no campo da educação. No Estado de São Paulo a Save the Children designou o Instituto Âmbar como responsável pela sensibilização e formação dos profissionais da educação dos cinco municípios.

A ação ocorreu articulada às executadas pela Fundação Orsa em sintonia e com sinergia entre as equipes o que permitiu potencializar resultados. Os encontros de formação ocorreram nos 5 municípios junto aos profissionais das escolas situadas nas áreas identificadas pelo mapeamento conduzido pelo Projeto Cata-Vento, onde se concentravam as crianças e adolescentes em situação de trabalho.

Objetivo da ação

Introduzir na rotina escolar e na agenda das secretarias municipais de educação e Diretorias Estaduais de Ensino, o tema do Trabalho Infantil.

Estratégia

Encontros de formação inicial e continuada com foco na valorização do lúdico e no fortalecimento da concepção de que o pleno desenvolvimento da criança depende do respeito ao seu direito de brincar e estudar.

Conteúdos trabalhados

- Concepção de infância
- Concepção de trabalho
- A escola como bandeira de luta e o seu papel na prevenção e erradicação do trabalho infantil

Produtos da ação

- Profissionais da educação aptos para identificar situações de violações junto a alunos e alunas, em especial as relacionadas ao trabalho precoce e nas piores formas;
- Tema do trabalho infantil inserido nas agendas de escolas públicas e das Secretarias Municipais de Educação e Diretorias Estaduais de Ensino;
- Participação de escolas e profissionais da educação nos Fóruns Municipais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
- Integração das escolas à rede de proteção à criança e ao adolescente.

“O trabalho de formação que o Instituto Âmbar fez foi muito bacana. Não chegaram com uma atitude acusativa, mas mostrando o que a criança poderia estar fazendo se não estivesse trabalhando. Foi quebrando as barreiras. Resgatou primeiro a importância de brincar e ser criança para depois partir para a provocação: e aí a criança está sendo respeitada enquanto ser criança? As metodologias foram diversas. Tivemos profissionais que trabalharam com música, cantigas, jogos, fizemos rua de lazer. Hoje vejo os resultados nas escolas em que trabalho. Professora que antes não se preocupava se o aluno estava dormindo em sala de aula, agora investiga se a criança trabalha ou não e procura a coordenação e se preocupa em como ajudar a criança. As pessoas começaram a se sensibilizar, começaram a ver a questão como um problema”. Paula de Campos Bueno, professora da rede municipal de Caraguatatuba e membro do Fórum Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.



Ação 7 – Formação Continuada

A partir dos cinco primeiros encontros de formação, ocorreram outros com temas identificados pelos próprios atores locais. A idéia era tanto fortalecer a formação dada inicialmente quanto ampliar o número de participantes realizando eventos em cada município.

Os novos encontros foram definidos nas reuniões dos Fóruns Municipais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil que foram co-responsáveis pelas formações e participaram da organização de quase todos os eventos. Esta postura foi importante para valorizar o Fórum e proporcionar-lhe resultados concretos de sua ação mobilizadora e articuladora.

Seminário: “Desafios e Perspectivas da Jornada Ampliada”

Períodos e Municípios: 29/09/05 (São Paulo / Campinas / Caraguatatuba); 19/12/05 (Ferraz de Vasconcelos); 23/02/06 (Itapeva).

Organização: Câmara Temática do Trabalho Informal do Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Oficina sobre Violência e Exploração Sexual

Local e período: Caraguatatuba (21/02/06)

Facilitadora: Linda Simone Mallak (Fundação Orsa)

Conteúdos: Histórico do movimento social de combate a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes; A Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes e seu Amparo Legal; Violação de direitos e piores formas de trabalho infantil.

Encontros locais com adolescentes e jovens sobre trabalho infantil

Períodos e municípios: 25/04/06 (Caraguatatuba); 27/04/06 (Itapeva); 03/05/06 (Ferraz de Vasconcelos e São Mateus); 04/05/06 (Campinas).

Facilitadora: Maria Isabel Rebolho Rego (Fundação Orsa)

Conteúdos: O que é trabalho infantil; Causas e conseqüências do trabalho infantil;

Revisão da carta elaborada no encontro do dia 01/04 para ser entregue aos prefeitos nas atividades do dia 12 de junho.

Oficina sobre Controle Social e Participação da Sociedade Civil nas Questões da Infância

Local e período: Itapeva (27/04/06)

Facilitador: Givanildo Manoel da Silva (Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente)

Conteúdos: Democracia participativa; papel dos Conselhos de Direitos, papel dos Fóruns e movimentos sociais.

Oficina sobre Sistema de Garantia de Direitos

Local e período: Caraguatatuba (25/04/06) e Campinas (21/07/06)

Facilitadora: Linda Simone Mallak (Fundação Orsa)

Conteúdos: O Estatuto da Criança e do Adolescente, a Política de Atendimento e a integração de programas e ações na configuração do Sistema de Garantia de Direitos.

Encontros locais com adolescentes e jovens para planejamento das atividades do dia 12 de junho.

Períodos e municípios: Itapeva (11/05/06), Caraguatatuba (16/05/06); Campinas (17/05/06); Ferraz de Vasconcelos e São Mateus (24/05/06).

Conteúdo: Dinâmicas participativas com os adolescentes visando organizar os eventos do dia 12/6 e construir um planejamento para continuidade das ações dos jovens junto ao projeto Cata-Vento.

Facilitadora: Maria Isabel Rebolho Rego (Fundação Orsa)

Curso de Formação Política e Educação Cidadã

Local e período: Caraguatatuba (25/05 à 28/09/2006)

Carga horária: 24 horas (06 encontros de 4 horas cada)

Facilitadores: Eduardo Emilio Lang Di Pietro, Vítor Barau, Mauricio Piragino e Rogério Grof (Escola de Governo/IPESG)

Conteúdos: A realidade mundial frente à realidade brasileira; Aspirações do povo brasileiro: Educação e Capacitação para formação de cidadãos transformadores e partícipes da gestão pública; Evolução histórica do conceito de Sociedade e Estado; O



Estado brasileiro e suas estruturas de organização e de poderes; Estado democrático de Direito e cidadania no Brasil; Ética na política e Direitos Humanos Fundamentais; Instrumentos de participação popular e de controle de gestão; Orçamento e Finanças Públicas numa perspectiva republicana e democrática; A função sócio-econômica dos tributos; Gestão democrática dos recursos públicos; A lei de responsabilidade social redefinindo a ação pública.

Oficina: O resgate do Lúdico a partir da construção de brinquedos e brincadeiras populares

Locais e período: Itapeva (27/07/2006) e Caraguatatuba (29/09/06)

Facilitador: Mauro Nascimento Silva (Fundação Orsa)

Conteúdos: Cultura da Criança na sua relação com brinquedos, brincadeiras, histórias e cantigas; O ato criativo da criança no brincar; Brinquedos e brincar na sua relação com a cultura local/regional; Construção de brinquedos com materiais alternativos.

Encontros locais para a elaboração dos Planos Municipais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador

Períodos e municípios: Campinas (4/10/06), Ferraz de Vasconcelos (06/10/06), Caraguatatuba (09/10/06), São Mateus (01/11/06), Itapeva (08/11/06).

Facilitadora: Sílvia Brunetti do Fórum Paulista.

Conteúdo: Dinâmicas participativas para identificação de prioridades locais e diretrizes de ação na prevenção e erradicação do trabalho infantil no município.

Oficina sobre Violência Contra Crianças e Adolescentes

Local e período: Itapeva (31/08/06)

Facilitadora: Irene Pires Antonio - Sedes Sapientiae

Conteúdos: O que é violência doméstica; principais agressores; formas de ação frente ao problema; fluxo de atendimento e encaminhamento.

Formação de multiplicadores: “Módulos de Auto-Aprendizagem sobre Saúde e Segurança no Trabalho Infantil e Juvenil”

O Ministério da Saúde em parceria com a Organização Internacional do Trabalho ofereceu aos municípios envolvidos no projeto Cata-Vento capacitação sobre os agravos a saúde de crianças e adolescentes no trabalho infantil.

Consistiu em capacitar 1 profissional de cada município e um representante da coordenação colegiada do Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil representando o Estado, que tinha como compromisso multiplicar esse conteúdo para outros profissionais de sua região, principalmente os da área de saúde.

A capacitação dos multiplicadores ocorreu em três etapas:

A primeira etapa nos dias 11/09/06 e 12/09/06 em Brasília;

A segunda etapa consistiu na capacitação oferecida nos municípios/regiões com o seguinte calendário: Caraguatatuba (06/11/06); Ferraz de Vasconcelos (07/11/06); Itapeva (08/11/06); Campinas (09/11/06); São Paulo (09 e 30/11/06)

A terceira etapa aconteceu no dia 20/11/06 em Brasília, onde foi avaliado o trabalho e realizada a diplomação dos multiplicadores.

Passo a passo

Considerando que os encontros tiveram características metodológicas diferenciadas, cada qual teve o seu passo a passo específico. No caso dos encontros de caráter formativo o passo a passo não foi diferente do seguido para organização dos cinco encontros iniciais de formação. Já no caso dos que envolviam processos de construção coletiva com os jovens para planejamento das atividades do dia 12 de junho e com gestores e organizações para elaboração dos planos municipais, a principal diferença foi o profundo envolvimento dos Fóruns na organização dos encontros e o privilégio por uma metodologia participativa que estimulasse a participação de todos, tanto no uso da palavra, quanto na decisão dos produtos de cada encontro. Um passo importante nestes últimos encontros foi a identificação de facilitadores com experiência na condução de processos participativos envolvendo grande número de pessoas o que não foi difícil, considerando ter na própria equipe do Cata-Vento técnicos com este perfil.

Dificuldades enfrentadas

- Maior envolvimento dos membros das coordenações colegiadas dos Fóruns na identificação de parceiros que fornecessem as formações dentro dos temas escolhidos



Produtos da ação

- Planos Municipais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador em construção nos municípios Cata-Vento;
- Ampliação do total de organizações e profissionais mobilizados com o tema do trabalho infantil;
- Cartas elaboradas pelos jovens;
- Mobilização de outros municípios como Itaberá e Itapirapuã Paulista que participaram do encontro em Itapeva para discutir sobre elaboração do Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Ação 8 - Eventos Simultâneos nos cinco municípios para lembrar o 12 de junho, Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil

Os eventos foram organizados pelos Fóruns Regionais/Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil com apoio do Cata-Vento e são resultados dos encontros de formação e formação continuada. Serviram para articular as organizações locais e organizar publicamente uma ação que demonstrasse a mobilização do município com o tema.

Um fator importante foi a participação dos prefeitos e secretários de governo, em vários eventos, demonstrando o apoio e comprometimento deles com o projeto. Também merece destaque o envolvimento dos jovens e escolas, mobilizados nos encontros de formação do Cata-Vento, no planejamento e organização de várias atividades, bem como a inter-relação entre as escolas e as organizações sociais.

Caraguatatuba

Evento em praça pública com apresentações de teatro, dança, música, exposições de produtos oriundos das oficinas lúdicas das crianças e adolescentes junto as escolas

ou aos núcleos da assistência, falas de jovens participantes do projeto e oficinas de geração de trabalho e renda das famílias. O evento contou ainda com a entrega da Carta elaborada pelos jovens no III Encontro de Formação do Projeto Cata-Vento às autoridades municipais, tais como: chefe de gabinete, secretárias de Educação e Assistência Social representante da Secretaria de Esportes e técnicos das secretarias.

Campinas

O evento foi organizado a partir da formação do Instituto Âmbar junto aos professores das escolas parceiras do projeto. Foi organizada uma Rua de Lazer como contraponto à violação dos direitos, as quais as crianças trabalhadoras são vítimas. Foi um dia de resgate das brincadeiras infantis (amarelinha, pega-pega, gincanas, bolinhas de gude, pipas), além de atividades artísticas e culturais, com envolvimento das escolas, organizações sociais e comunidade.

Participaram destes eventos 7 escolas e 5 organizações sociais. São elas: Escola Estadual Escritora Rachel de Queiroz e Organização Social - Formação Campinas; Escolas: Ruy Rodrigues, Campo Grande II, Parque Itajaí II e organização Social Casa de Nazaré – Unidade 1 – Casa dos Anjos; Escolas: Núcleo Habitacional Vida Nova e conjunto Residencial Vida Nova e Organização Social: Obra Social São João Bosco; Escola: Jornalista Roberto Marinho e a Organização Social – Centro Promocional Tia Ileide.

Itapeva

O evento envolveu escolas dos bairros de procedência das crianças e adolescentes atendidos pelo Cata-Vento; a organização social ADESAI, que realizou o trabalho com os adolescentes e famílias; além de pólos do PETI. As atividades aconteceram em praça pública com apresentações de dança, música, teatro e depoimentos de jovens. Estavam presentes ao evento professores, diretores de escolas, supervisores de ensino, técnicos da organização social, familiares das crianças e adolescentes e a comunidade em geral além das autoridades municipais como secretários, vereadores e o prefeito, que recebeu dos jovens do projeto, a carta elaborada por ocasião do III Encontro de Formação do projeto Cata-Vento.



São Paulo, região de São Mateus

O evento ocorreu no CEU – Centro de Educação Unificado, com atividades culturais, depoimento de familiares, apresentação de documentário sobre trabalho infantil seguido de debate. Estavam presentes ao evento professores, diretores de escolas, técnicos das organizações sociais e autoridades municipais como Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, e o Subprefeito de São Mateus que recebeu, dos jovens, a Carta elaborada no III Encontro de Formação do Projeto Cata-Vento.

Ferraz de Vasconcelos

Evento iniciado com passeata e culminando com atividades culturais de dança, teatro e música, além de depoimentos de familiares e palestras de organizações locais. Estavam presentes educadores das organizações sociais, técnicos da Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social, crianças, adolescentes, comunidade e autoridades municipais como o prefeito de Ferraz de Vasconcelos e representantes de mais nove municípios que integram o Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil dos municípios do Alto Tietê.

Passo a Passo

Cada evento teve seu próprio passo a passo, entretanto vale destacar dois fatores importantes para a concretização das atividades:

Primeiro, o processo de mobilização e sensibilização iniciado pelas atividades de formação que atingiu diferentes atores e criou uma motivação coletiva para realização e participação nas atividades, com especial destaque para os jovens e as escolas que tiveram atuação marcante em todas as atividades.

Segundo, a autonomia dos Fóruns que lideraram todas as atividades ao lado do poder público local e conquistaram reconhecimento e visibilidade em todos os municípios.

Dificuldades encontradas

- Mobilização da mídia para a cobertura dos eventos no dia 12 de junho devido a

antecedem o jogo da seleção brasileira pela Copa do Mundo.

Produtos da ação

- Mobilização e integração de organizações, secretarias de governos e escolas para realização das atividades;
- Visibilidade do tema em atividade dirigida ao público em geral;
- Envolvimento dos jovens e familiares nas atividades, tanto nos depoimentos quanto na apresentação de resultados das oficinas que participaram;

Ação 9 – Monitoramento e Avaliação

Houve um grande esforço de monitoramento e avaliação no decorrer de todos os momentos da experiência. Um fator que colaborou fortemente para isso foi a experiência e conhecimento da própria equipe do Cata-Vento no campo da avaliação de projetos sociais e a sua organização para realização de registros de todos os eventos e reuniões realizadas.

Passo a passo

- Aplicação de instrumentais de registro e avaliação em todas as atividades realizadas;
- Produção de relatórios quadrimestrais para OIT;
- Promoção de rodas de conversa avaliativas com atores locais com registro em ata;
- Visita às organizações sociais que prestavam atendimento às crianças, adolescentes e responsáveis;
- Realização de avaliação de meio termo com contratação de consultoria externa;
- Solicitação de relatórios técnicos e de prestação de contas para as organizações conveniadas;



- Aplicação de instrumental de lições aprendidas, elaborado pela OIT, nas reuniões dos Fóruns e reuniões ampliadas.

Dificuldades enfrentadas

Uma primeira dificuldade foi o número reduzido de membros da equipe do Cata-Vento que contava com cinco técnicos, sendo um restrito às funções administrativas, um com funções de coordenação e representação e três para cobrir ações em cinco municípios de grandes distâncias entre si.

Outro problema foi a ausência de uma cultura de avaliação e monitoramento tanto por parte das organizações sociais quanto do Poder Público de forma que poucas informações locais estivessem estruturadas, permitindo a construção de uma linha de base. No caso das organizações, faltava ainda um plano de trabalho, o que dificultava o estabelecimento de parâmetros para o monitoramento das ações.

Uma terceira dificuldade foi o preenchimento das informações no módulo beneficiário do software Mercury, oferecido pela OIT – Organização Internacional do Trabalho, em relação ao instrumental utilizado no mapeamento inicial do Projeto.

O módulo solicita informações de acompanhamento cotidiano de crianças, adolescentes e famílias. De forma geral, as organizações sociais não realizam esse acompanhamento, registrando e informando apenas a frequência nas atividades sócio-educativas de convivência.

Produtos da Ação

- Registros e prestação de contas freqüentes e disponibilizadas para todos os atores envolvidos fornecendo transparência e confiabilidade ao projeto;
- Percepção constante do que ocorria nos municípios permitindo agir de forma rápida para eventuais correções de rota;
- Construção de aprendizagens entre os membros da equipe que se apropriaram de todos os processos de avaliação.



“Acreditamos que o projeto contribuiu para desmistificar algumas situações de trabalho infantil doméstico ora não visto como violação dos direitos” Depoimento em ficha de avaliação preenchida pela organização social Casa de Maria de Nazaré, da cidade de Campinas.

O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES E FAMILIARES

Em cada município, o Cata-Vento estabeleceu convênios com organizações sociais para prestar atendimento às crianças e adolescentes mapeados e aos seus familiares. Ao total, foram conveniadas 11 organizações sociais e uma prefeitura municipal.

Caraguatatuba: Convênio com o poder público municipal ofereceu atendimento às crianças por meio de sua rede de serviços nos bairros. As famílias foram atendidas em três núcleos e os adolescentes foram atendidos por uma organização social ligada ao município.

Itapeva: Uma organização social ofereceu atendimento aos adolescentes do Projeto e realizou o trabalho com famílias em três bairros. As crianças foram atendidas pelas escolas nos bairros e pólo do PETI.

Campinas: Foi firmado convênio com cinco organizações sociais que ofereceram atendimento às crianças, adolescentes e famílias.

Ferraz de Vasconcelos: Foi firmado convênio com seis organizações sociais que atenderam as crianças e famílias e com uma organização social para atendimento aos adolescentes.

São Paulo – região de São Mateus: Foi firmado convênio com uma organização social para recebimento dos recursos destinado ao trabalho com famílias. As famílias e crianças foram atendidas por 7 organizações sociais em 17 Núcleos sócio-educativos. Para o atendimento aos adolescentes foi firmada parceria com uma organização social local.

De uma forma geral, as organizações conveniadas prestaram atendimento de reforço escolar, informática, artes plásticas, dança, música, esporte e cidadania para 1.035 crianças e adolescentes, além de oficinas de geração de renda e assessoria em associativismo e cooperativismo para 641 famílias.

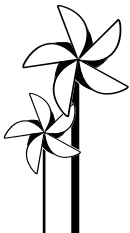
As organizações foram identificadas pela equipe do Projeto e pelos articuladores locais, algumas inclusive já prestavam atendimento para crianças do PETI. As que atenderam as famílias receberam R\$ 20,00 per capita. No caso de Caraguatatuba, o convênio foi firmado com o Poder Público e o Projeto repassou materiais diversos, já que não era possível, por restrições do convênio, repassar recursos para um órgão público.

O Atendimento às crianças e aos adolescentes mapeados

Os atendimentos prestados às crianças e adolescentes foram bem diversificados passando tanto pelo reforço escolar quanto por atividades e oficinas de arte-educação, cultura, esporte, lazer e aprendizagem profissional. Ação comum na grande maioria das organizações foi o reforço escolar, considerando a defasagem de escolaridade que grande parte das crianças e adolescentes apresentavam. Seguindo o modelo da jornada ampliada do PETI, as atividades eram oferecidas no horário alternativo à escola.

Tabela 1 - Total de crianças e adolescentes atendidas e tipo de atividades oferecidas por município.

Municípios	Total de crianças e adolescentes atendidos	Atividades oferecidas
Itapeva	130	Informática, dança, capoeira, reforço escolar, música, artes plásticas e desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho.
Caraguatatuba	151	Oficinas de Costura, Customização, tricô, Crochê, pintura em tecido, bordado, embalagens, estética (cabeleireiro e manicure), fuxico, lingerie, bolsas, bonecas, alimentação (bolos, pães, pizza, temperos).



Municípios	Total de crianças e adolescentes atendidos	Atividades oferecidas
Ferraz de Vasconcelos	130	Reforço escolar, oficinas de artesanato e cidadania; reciclagem; teatro; música; esporte e aprendizagem profissional em administração e eletricidade.
Campinas	102	Oficinas de artes e artesanato, capoeira, meio ambiente, informática, desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho; acompanhamento psicossocial.
São Paulo – (região de São Mateus)	522	Reforço escolar, informática, cidadania, artes, cultura, esportes e recreação.

Quase todas as organizações já possuíam atividades regulares e apenas inseriram as crianças do Cata-Vento nas turmas já existentes. Em várias delas as crianças e adolescentes participaram de mais de uma atividade simultaneamente. Em Itapeva, por exemplo, a mesma criança que participava do curso de informática podia frequentar as oficinas de arte, capoeira e dança, além da prática de esporte.

“A idéia é que elas pudessem aproveitar o máximo possível o tempo na instituição, principalmente as que moram distante nas áreas rurais onde não há nenhuma oferta de atividade sócio-educativa ou cultural”. Sueli de Fátima Rodrigues dos Santos Rezende, assistente social da organização Adesai, em Itapeva.

Para os adolescentes de 14 anos ou mais também foram oferecidas atividades de preparação para o mundo do trabalho tanto no desenvolvimento de competências no campo da comunicação e empreendedorismo, quanto na aprendizagem profissional, como exemplo práticas de escritório e de eletricidade.

Para os adolescentes que vinham de comunidades rurais, afastadas do centro urbano, o curso de informática era o que mais chamava a atenção considerando que nestas comunidades os níveis de pobreza são extremos e ainda são marcadas pela falta de políticas voltadas para a criança e o adolescente, especialmente no campo da arte, cultura e desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho. Nem todas as escolas possuem sala de informática e em muitas comunidades não há escolas de ensino médio, obrigando os jovens a fazerem grandes deslocamentos, caso queiram continuar seus estudos.

Atendimento aos familiares

Considerando que para a plena erradicação do trabalho infantil é fundamental o envolvimento das famílias e a melhoria da sua condição de acesso à renda, o Cata-Vento previa nos convênios com as organizações o atendimento aos familiares seja no campo da orientação pedagógica e psicossocial, seja oferecendo oficinas que qualificassem os pais, mães e outros familiares em alguma atividade de complementação de renda.

Uma declaração importante da grande maioria das organizações conveniadas foi a oportunidade dada pelo Cata-Vento de fortalecer a ação com famílias. Em muitas organizações, essa ação se limitava a reuniões de responsáveis que ocorriam sem frequência regular e com baixa participação de pais.

“O Cata-Vento nos trouxe oportunidade de trabalhar com os pais destas crianças. Pudemos fazer visitas domiciliares, levantar necessidades e criar ponte com outros programas. Conseguimos encaminhar muitas delas para outros programas sociais, seja de qualificação para o mercado de trabalho, seja no campo da saúde ou outros”. Julio César Ribeiro, Associação Ágape, Ferraz de Vasconcelos.



Tabela 2 - Total de familiares atendidos e tipo de atividades oferecidas por município.

Municípios	Total de familiares atendidos		Atividades atendidas
	Cata-Vento	Abrangência para além do Cata-Vento	
Itapeva	86	15	Capacitação em suinocultura; lingerie, batik africano e assessoria para ações coletivas; associativismo produtivo e formação de cooperativas.
Caraguatatuba	131	334	Manipulação de alimentos; reaproveitamento de materiais recicláveis; cozinha comunitária.
Ferraz de Vasconcelos	97		Eletricista residencial, crochê, bordado, pintura em tecido.
Campinas	84		Oficinas de artesanato; confecção de bonecas e outros produtos de pano; atendimento psicossocial.
São Paulo (região de São Mateus)	243	98	Oficina de arte-papel; bijuteria; corte e costura; bordado; pintura em tecido.

Dificuldades enfrentadas e como foram superadas

Ações que não atingiram a totalidade dos familiares das crianças e adolescentes mapeados

Essa dificuldade foi maior principalmente entre os homens e mulheres que exerciam alguma ocupação que lhes impediam de participar das atividades oferecidas pelas organizações, porque ocorriam geralmente no horário comercial. Considerando ainda que a maior parte dos homens tinha algum tipo de ocupação, poucos foram os que participaram das atividades, com exceção de Itapeva onde o trabalho de fortalecimento

da ação coletiva e de apoio ao associativismo produtivo despertou grande interesse nos homens das comunidades. É importante ressaltar que a maior parte das oficinas de geração de renda oferecidas foram planejadas para atingir, preferencialmente, as mulheres.

Formas de superação: Nestes casos, um importante instrumento foi a visita domiciliar, apontada pelas organizações como o melhor caminho para entender como se estrutura a família e as dificuldades que ela enfrenta. Compreendendo esta situação, as equipes técnicas conseguiram reformular seus argumentos e até mesmo repensaram algumas ações para que atendessem melhor a necessidade dos públicos.

Equipes das organizações pouco capacitadas sobre o trabalho infantil e suas especificidades como violação de direitos

Duas situações, na relação educador/educando traduzem esta dificuldade. A primeira era sobre como lidar com a postura autônoma desenvolvida pelo trabalho precoce em alguns meninos e meninas e que confrontava a autoridade do educador. Outra situação era como lidar com crianças ou adolescentes que se demonstravam deprimidos, não conformados ou irritados com o fato de não poderem trabalhar mais. Considerando que estes já tinham incorporado o trabalho como um grande valor em suas vidas.

Formas de superação: Estas situações foram minimizadas em algumas organizações mediante o reforço na qualificação de seus educadores e técnicos com questões específicas do trabalho infantil. A inclusão nas reuniões de planejamento pedagógico e de formação interna dos temas trabalhados pelo Cata-Vento nos encontros de formação foi uma ação bastante utilizada pelas organizações.

Inexistência nos municípios de uma rede articulada de atendimento

Considerando que grande parte das crianças atendidas e suas famílias também participavam de ações oferecidas por outras organizações e programas do poder público, a ação em rede era importante como forma de potencializar esforços e otimizar recursos. Entretanto, a falta de cultura de trabalhar em rede e a inexistência de estímulo para a ação articulada, seja pela inexistência de espaços de articulação, seja



pela falta de uma política pública neste sentido, fez com que as ações ocorressem de forma desarticulada e desencontrada entre si.

Forma de superação: Apesar de ser uma dificuldade que ainda não foi plenamente superada, a criação dos Fóruns de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e as ações coletivas propiciadas pelo Cata-Vento contribuíram para minimizar o problema estimulando ações em parceria e articuladas entre organizações do mesmo município e maior sinergia entre ações de organizações da sociedade civil e do poder público municipal.

Freqüência irregular das crianças e adolescentes nas atividades sócio-educativas de convivência

O fato de muitas famílias não contarem com um responsável em casa durante o dia para encaminhar as crianças para as atividades, além do fato de muitos responsáveis não valorizarem a atividade oferecida e preferirem que a criança esteja trabalhando, criou em vários momentos dificuldade na freqüência regular das crianças. Um fator importante é que com a junção do PETI com o Bolsa Família, as crianças inseridas no Bolsa Família ficaram sem a obrigatoriedade de freqüentar a jornada.

Forma de superação: Para superar esta dificuldade o melhor caminho foi a visita domiciliar freqüente e, em alguns casos, o apoio do Conselho Tutelar.

Falta de espaço adequado nas organizações para atendimento das crianças mapeadas

Muitas organizações existentes no município não possuíam vagas suficientes para atender a demanda do Cata-Vento e nem todas eram próximas das comunidades onde residiam as crianças, especialmente as das áreas rurais.

Forma de superação: A solução encontrada em alguns municípios foi permitir que as organizações conveniadas estabelecessem parcerias com escolas públicas ou outras organizações para que cedessem seus espaços para a realização das atividades. No caso de Itapeva, os jovens das comunidades rurais eram transportados em ônibus fretados até a única organização responsável pelo atendimento na cidade.

Desânimo dos pais em participar das ações por considerarem que seus problemas não possuem solução ou por se sentirem incapacitados

A vida de muitos anos de sofrimento criou em muitas famílias a idéia de que o ciclo da pobreza que vivia não podia ser rompido. Assim como a pobreza e a dificuldade do dia a dia foram marcantes na infância dos adultos e continuava a ser no presente, acreditavam que o futuro deles e das crianças também seria. Neste sentido, consideravam que não adiantava participar de ações que trouxessem uma proposta diferente do que era a vida atual deles. Muitos se sentiram incapacitados para participar de alguma atividade de formação ou associativa.

Forma de superação: As visitas domiciliares e a realização de ações dentro da própria comunidade, levando palestrantes e pessoas de outras comunidades semelhantes que conseguiram superar suas dificuldades, foram alguns dos caminhos utilizados e que conseguiram surtir alguns efeitos.

Relações de gênero e geração de trabalho e renda

Um fator importante em relação ao perfil dos familiares que participaram das oficinas de geração de renda é que quase a totalidade dos participantes eram mulheres. Esta característica permitiu que as oficinas além de espaços de desenvolvimento de habilidades profissionais também se tornassem espaços de reflexão sobre as relações de gênero.

Temas como a saturação com a vida doméstica, relações conflituosas com filhos e maridos, saúde da mulher e sexualidade eram constantemente discutidos em meio às aulas de formação técnica e discussão sobre mercadorias e vendas de produtos.

Um resultado qualitativo importante declarado pelas próprias mulheres foi a melhora na auto-estima delas, o que as impulsionou para atitudes positivas de mudança de vida. “Eu passei a me achar importante porque antes eu não me achava” conta Antonia Francisca Almeida Costa, 37 anos, aluna da oficina de bijuteria oferecida pela Colméia na região de São Mateus. A ação permitiu a ela se sentir produtiva não apenas por poder gerar renda e contribuir com o sustento da família, mas por estar fazendo algo que depende da criação dela. “Eu sei fazer algo que outros não sabem. Algo que é diferente e que é valorizado pela minha criatividade. É maravilhoso quando alguém elogia e diz que é bonito”. Conta ela orgulhosa afirmando em lágrimas que o diploma recebido no curso foi o primeiro da vida dela.

“Hoje a auto-estima delas está lá em cima. Graças ao projeto conheceram novos lugares, fizeram novas amizades. Conheceram mães de diferentes lugares, mas com situações de vida iguais as delas.” Noemia de Jesus Soares Santos é coordenadora do Núcleo Sócio Educativo Pingo da Alegria da organização social Sociedade Instrução e Socorros de São Mateus, onde, por seis meses, 60 mães do Cata-Vento participaram de uma oficina de corte e costura.

Para Noemia, um indicador importante de que o trabalho fornecia outros resultados além da melhora da renda das famílias era o sorriso que aumentava no rosto das mulheres no decorrer do projeto. “Foi algo muito gratificante, pois foi uma oportunidade delas saírem do mundinho delas. De conhecerem outros espaços” relata.

“Quando a mulher se sente bem consigo mesma ela consegue estabelecer uma melhor relação com seu companheiro e filhos.” analisa Edson Cabral, técnico da Fundação Orsa que acompanhou o trabalho em São Mateus. “Muitas são mulheres que nunca trabalharam porque acreditavam que não tinham capacidade para isso. Que apenas podiam ser donas de casa. Elas descobriram que podem muito e isso é muito gratificante”, celebra Edson.



Resultados atingidos a partir do olhar das organizações

- Fortalecimento do tema do trabalho infantil nas organizações conveniadas;
- Entendimento e clareza tanto por parte das crianças e adolescentes, quanto das famílias sobre o que de fato é dever e direito e sobre a importância do direito de brincar - essencial no processo de desenvolvimento das crianças e adolescentes;
- Olhar mais afinado das equipes das organizações (técnica e de educadores) sobre o fenômeno do trabalho infantil;
- Possibilitou aos adolescentes, famílias, e educadores o intercâmbio com outras realidades através da troca de conhecimentos adquiridos nas oficinas e encontros de formação;
- Melhora da auto-estima das famílias, crianças e adolescentes e percepção de suas capacidades;
- Possibilidade real de mudança de vida proporcionada para diversas famílias a partir das novas formas de geração de renda;
- Retirada da maior parte das crianças e adolescentes do trabalho;
- Superação das dificuldades escolares;

Geração de renda e mudança de vida

Verônica Bezerra da Silva, 42 anos, aluna do curso de bijuteria oferecido no Núcleo Sócio Educativo Rodolfo Pirani, da organização social A Colméia, na região de São Mateus, em São Paulo, é um exemplo vivo de que uma ação articulada de geração de renda somada à persistência da pessoa pode proporcionar mudanças na vida de uma família. Mãe de dois filhos adolescentes e com o marido impossibilitado de trabalhar por causa de um derrame, Verônica começou a frequentar a oficina determinada a realizar seu grande sonho: Ter um negócio próprio.

No início lembra que foi difícil, pois os primeiros produtos não tinham qualidade de mercado. “Se não for de qualidade não vai vender. A professora frisava bastante isso, mas também ajudava para que não desistíssemos. Foi importante porque peguei prática e agora sei fazer e verificar se a peça está boa ou ruim” conta Verônica que após três meses de curso já começou a montar peças em casa e vender. Primeiro para as amigas da rua, depois para as colegas do trabalho da filha. Quando se deu conta, a lista de encomendas foi crescendo.

“Eu tive que tirar um cartão de crédito para comprar todas as peças que precisava” relata, contando o medo que teve após ter feito um gasto de R\$ 80,00 em materiais na rua 25 de março. Entretanto, conseguiu vender R\$ 240,00 em bijuterias montadas. “Consegui o suficiente para pagar o cartão, pagar outras dívidas e ainda comprar mais material” conta orgulhosa enfatizando que ainda possui mais entregas para dar conta.

Um fator importante que Verônica destaca para seu sucesso foi o apoio da família. Especialmente do marido que não se importou quando ela teve que dormir fora de casa para participar das feiras promovidas pelo projeto em outras cidades.

“Ele sabia o quanto aquilo era importante para nós. Eu tinha que correr atrás do meu sonho”.

- Melhora na condição nutricional das crianças atendidas;
- Jovens mais comunicativos;
- Fortalecimento dos vínculos familiares;
- Maior articulação e troca de informações entre as entidades;
- Comunidades organizadas em associações;
- Maior articulação entre organizações e órgãos do poder público municipal.

Aprendizagens do atendimento direto

Sobre a geração de renda e sua articulação com ações assistenciais e formativas

- Toda a ação formativa, seja no campo da escolarização, seja no campo da geração de renda deve ser acompanhada de um trabalho de reflexão cidadã que aprimore a consciência crítica das crianças, jovens e suas famílias sobre o trabalho infantil e sobre sua condição de pobreza. Apenas com esta reflexão aprofundada a família perceberá o quanto é importante sua própria iniciativa e ação para transformar sua realidade, além de zelar com mais cuidado e atenção pelos direitos de seus filhos e filhas;
- Toda ação assistencial deve estar articulada com alguma ação que resgate para a família sua condição autônoma de cidadã e provedora de renda. Caso contrário, não estará contribuindo para vencer o ciclo da pobreza;

Sobre ações integradas e articuladas em rede

- Quando a ação ocorre de forma articulada em uma rede sócio-assistencial é possível potencializar os esforços e produzir melhores resultados. Um projeto não deve dar conta de tudo sozinho até porque isto o faria atirar para tudo quanto é lado e não realizar um bom trabalho. O importante é articular o que se faz melhor com o que o outro sabe fazer de melhor. Assim funciona o trabalho em rede;

Sobre o papel do educador/monitor das oficinas de geração de renda

- O educador/monitor não deve ter uma postura assistencialista com o aluno e sim



estimulá-lo a fazer o melhor possível, ajudando-o a compreender o que é um produto de qualidade ou não. Caso contrário eles serão levados a pensar que qualquer coisa está boa e sofrerão depois quando o mercado recusar seu produto por falta de qualidade;

- O educador/monitor deve respeitar o tempo de cada um, seja jovem seja adulto, compreendendo seus limites e ao mesmo tempo ajudando o aluno a superá-los e a avançar sem desanimar. Para isso, é fundamental uma atitude dialógica do educador que não pode se compreender como mero repassador de conteúdos, mas como alguém que facilita a produção de conhecimento;

Sobre o trabalho com crianças e adolescentes;

- O adolescente tem que ser olhado como um ser em desenvolvimento, mas não como incapaz de assumir responsabilidades e de adquirir novos conhecimentos. Essa postura deve ser adotada por todos da equipe do projeto e auxiliará os jovens a terem mais iniciativas e a acreditarem que podem ir além, seja nos estudos, seja nas perspectivas profissionais;
- Resgatar nas crianças e adolescentes o prazer do brincar e da diversão coletiva os ajuda a construir uma nova postura de vida, quebrando com a visão deprimida e sem perspectivas que o trabalho precoce desenvolveu neles. Além disso, os recoloca na condição de crianças e adolescentes e não na de adultos, como já eram considerados por muitos em suas comunidades;

Sobre o trabalho com famílias

- Quando possível, é importante ter um trabalho simultâneo envolvendo famílias e jovens. O jovem que chega para o atendimento está inserido em um contexto familiar que tanto pode facilitar, quanto dificultar seu rendimento e desenvolvimento. A ação pode auxiliar determinadas famílias que possuem difícil relação com o jovem a restabelecerem seus laços de afetividade e comunicação. Assim, as famílias passam a ser parceiras importantes do trabalho. Para isso são fundamentais as reuniões constantes com as famílias, as visitas domiciliares e a realização de ações coletivas envolvendo jovens e familiares;

- A escuta constante é essencial no trabalho com famílias para que elas percebam que estão sendo consideradas e valorizadas. Essa ação aproxima a instituição da família e é importante para diagnosticar as diferentes relações existentes nas famílias;
- No trabalho com as famílias não é possível partir de um estereótipo de família ideal. As configurações familiares são diferentes e todas, independentes da formação, são importantes para as crianças e adolescentes. Uma postura preconceituosa pode criar uma barreira de comunicação tanto com a família quanto com a própria criança;

Desafios

- Manutenção das atividades de geração de renda iniciadas com as famílias, considerando que faltam recursos e linha de apoio para estas ações. Principalmente para organizações de municípios de baixa arrecadação que não possuem rubricas orçamentárias para este tipo de ação, privilegiando apenas a ação direta com crianças e adolescentes;
- Não deixar que o tema do trabalho infantil seja esquecido nas propostas pedagógicas e na formação continuada dos educadores;
- Mobilizar outros segmentos da sociedade, em especial o empresariado, para desenvolver ação articulada com organizações de prevenção e erradicação do trabalho infantil;
- Manter mobilizada a rede de atendimento, fortalecida com a criação dos Fóruns de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil;

Alguns caminhos pensados pelas organizações para vencer desafios

- Comercialização de produtos das oficinas de geração de renda em parceria com pais, mães e jovens;
- Criação no município de espaços de comercialização, como feiras ou lojas de artesanato, para as vendas dos produtos provenientes das oficinas;
- Fortalecer os Fóruns Regionais/Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil;
- Assumir uma postura mais incisiva junto ao poder público local e estadual para identificação de fontes de recursos para manutenção das ações de geração de renda.



Estrutura do Projeto Cata-Vento

Três fatores dentro da estrutura do Projeto Cata-Vento tiveram destaque para que alguns resultados fossem atingidos com maior eficiência. (1) A administração que potencializou recursos; (2) O reconhecimento do nome da Fundação Orsa dentro das regiões de intervenção do projeto; e (3) A qualificação da equipe responsável pela sua operação.

1 Recursos Financeiros e sua administração

Na avaliação da equipe, três aspectos devem ser destacados na distribuição das rubricas orçamentárias e na sua administração:

Eficiência na gestão do orçamento: Permitiu potencializar ações com baixos custos. Uma decisão importante foi permitir que cada município decidisse como seria gerido o recurso de repasse para as organizações de atendimento. Além de fornecer maior transparência na relação com os atores locais, permitiu que uma co-responsabilidade fosse criada no uso racional dos recursos e na identificação de caminhos para o seu melhor uso.

Um caso interessante foi o da região de São Mateus, no município de São Paulo, onde os atores locais decidiram que o recurso seria recebido e administrado por uma única instituição que foi responsável pela compra dos materiais das oito oficinas, oferecidas por seis núcleos sócio-educativos e pelo pagamento de todos os “oficineiros”. Dessa forma, foi possível negociar preços e ampliar o número de atendidos nas oficinas. →

Vale ressaltar também a ação desenvolvida pela Secretaria de Assistência Social de Caraguatatuba que conseguiu potencializar os recursos recebidos, fortalecendo as ações de geração de trabalho e renda que já estavam sendo desenvolvidas no município. No município, 465 famílias foram inseridas em três serviços preconizados pelo SUAS - Sistema Único da Assistência Social.

Destinação de recursos para a compra de insumos para as oficinas de geração de renda: Permitiu a compra de materiais de qualidade que impactaram no produto final elaborado por familiares. Considerando que para a criança não retornar ao trabalho,

era fundamental criar uma alternativa de renda para a família, foi imprescindível investir em uma qualificação onde o produto final tivesse qualidade de mercado. Para tal, foi necessário investir na diversidade de insumos, especialmente para as oficinas de artesanato e bijuteria.

Destinação de recursos para realização de encontros integrando os cinco municípios: Permitiu o deslocamento, hospedagem e oferecimento de material de qualidade tanto para os adolescentes e familiares quanto para profissionais e gestores dos municípios. Dentre os quais, as feiras onde familiares que participaram das oficinas de geração de renda conseguiram expor e vender seus produtos em outras praças, além de trocar experiências com outros grupos.

"As feiras fizeram uma grande diferença. Além de conseguir vender o que produziram foram muito elogiadas por quem passava e via os produtos. Isto foi muito importante para estimulá-las e mostrar que o que produzem possui valor. Elas voltavam renovadas." Maria Rosita Santos Fonseca, instrutora da oficina de arte em jornal que aconteceu no NSE Rodolfo Pirani e NSE Dona Chantal na região de São Mateus, São Paulo.



2 Nome da Instituição

O Cata-Vento é uma experiência de caráter mobilizador e articulador que dependia para seu sucesso do reconhecimento e legitimação por parte tanto das instituições do



poder público local e estadual, quanto das organizações e movimentos da sociedade civil. Neste sentido, tanto o nome do Grupo Orsa, que possui atuação empresarial de âmbito nacional e internacional e é instituidor e principal mantenedor da Fundação Orsa, quanto a própria atuação da Fundação Orsa no campo do atendimento à criança e ao adolescente, foram determinantes.

Um dos frutos desta capacidade articuladora e de reconhecimento já constituído foi a influência em políticas públicas, que possibilitou a ampliação de vagas do PETI e implantação do Programa Sentinela nos municípios de São Paulo, Caraguatatuba, Ferraz de Vasconcelos e Campinas.

3 Equipe com conhecimento de causa e atitude integradora

Postura dialógica e integradora: No caso do Cata-Vento tão importante quanto o conhecimento técnico foi a postura dialógica e não acusativa adotada pela equipe técnica. Essa postura permitiu aproximar diferentes atores, colocar na agenda de governos e empresas o tema do trabalho infantil e gerar ações coletivas e integradas que conseguiram promover resultados concretos no combate ao trabalho infantil nas regiões. A intenção era não culpabilizar atores, mas integrá-los para resolução de problemas.

Essa atitude foi repassada para os municípios onde um resultado importante foi a ação articulada entre a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e prefeituras e organizações de 22 municípios para combater o trabalho de crianças e adolescentes dentro dos vagões dos trens.

“Sabíamos que assumir uma postura de ficar apontando o dedo para culpados poderia gerar conflitos desnecessários que impediriam o diálogo e afastariam do processo quem poderia contribuir decisivamente para combater o trabalho infantil e suas piores formas em cada localidade. Isto não significou em nenhum momento fechar os olhos para violações, mas incentivar uma reflexão madura e crítica que permitiu a todos compreenderem suas responsabilidades com o tema.” Edmilson Selarin Junior, Coordenador do projeto.

Conhecimento de causa e legitimidade na área da infância: Outro fator importante foi a qualificação técnica da equipe e sua atuação reconhecida na causa da infância - construída em experiências anteriores - que teve peso importante para abrir espaço junto às organizações de atendimento e representantes dos movimentos organizados, em especial os fóruns de direitos da criança e do adolescente e conselhos de direitos e tutelares.



Linha do Tempo

Julho a setembro 2004	Outubro a dezembro 2004	Janeiro a março 2005	Abril a junho 2005	Julho a setembro 2005	Outubro a dezembro 2005
Assinatura convênio OIT	Eleições municipais (período de difícil articulação nos municípios)	Inclusão de Ferraz de Vasconcelos no projeto	Levantamento perfil família de crianças e adolescentes atendidos	Inserção de crianças e adolescentes cadastrados na rede de atendimento	Ingresso de mais um técnico para articulação
Implantação do Projeto		Estabelecimento de parceria com Instituto Âmbar para formação dos profissionais de educação	Ingresso de novo técnico para ação administrativa	Constituição dos Fóruns de PETI de Itapeva e região	Constituição do Fórum PETI em Caraguatatuba
Levantamento preliminar sobre trabalho infantil nos municípios do projeto		Mudança da sede do projeto da Vila Madalena para Carapicuíba	Estabelecimento de pactos com Prefeitos dos 5 municípios	Constituição Comissão de TI no Fórum Regional de Defesa de Direitos de São Mateus	Avaliação de meio termo da OIT
Aplicação instrumentais UFPB para identificação trabalho infantil		Ingresso da Fundação Orsa no Fórum Nacional de PETI	Primeira grande visibilidade do projeto Cata-Vento na mídia	Constituição Fórum regional de PETI dos municípios do Alto Tietê	Convênios com organizações para atendimento às crianças, adolescentes e familiares.
		Ingresso de novo técnico para ação articuladora	1º Encontro de Formação sobre Trabalho Infantil (Guararema)	2º Encontro de Formação sobre Família (Praia Grande)	
		Definição dos 5 eixos estratégicos e elaboração de plano de trabalho da equipe			

Janeiro a março 2006	Abril a junho 2006	Julho a setembro 2006	Outubro a dezembro 2006	Janeiro a abril 2007
Avaliação do período com OIT e planejamento ações 2006	Ingresso de novo técnico para ação administrativa 3º Encontro de Formação sobre Protagonismo Juvenil (Itapeceira da Serra) Lançamento do Folder Projeto Cata-Vento Nova grande visibilidade do projeto na mídia Atividades nos 5 municípios de comemoração do 12 de junho (Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil)	Mudança da equipe do projeto de Carapicuíba para São Paulo. I Expo/PETI-Cata-Vento em São Mateus 4º Encontro de Formação sobre Planos Municipais (São Paulo) Curso de Formação Política em Caraguatatuba	5º Encontro de Formação: Geração de Trabalho e Renda em Caraguatatuba. I Ciranda Intermunicipal de Geração de Trabalho e Renda em Caraguatatuba Participação familiares na III Feira Estadual de Economia Solidária (Campinas) Exposição e venda de artigos produzidos pelos familiares na Feira Natal Solidário em São Paulo Sistematização experiência	Evento final de lançamento da publicação da sistematização da experiência



APRENDIZAGENS

A experiência do Cata-Vento produziu aprendizagens não apenas junto à equipe da Fundação Orsa, mas em todos os atores diretamente envolvidos com o projeto: organizações sociais, membros de fóruns e conselhos, representantes do poder público e, especialmente, junto às próprias crianças e adolescentes vítimas do trabalho antecipado e seus familiares. Entre as principais está o fortalecimento da convicção de que o trabalho infantil é uma violação de direitos que compromete o desenvolvimento da criança e das comunidades pobres onde está inserida.

É a comprovação da hipótese que Elisabete Bento¹⁰ chama de transgeracionalidade da pobreza, isto é, a manutenção do ciclo da pobreza por gerações e gerações. Comunidades onde suas crianças não podem se dedicar ao estudo, a brincar e ao convívio saudável com seus familiares, são comunidades condenadas a viverem na pobreza e na miséria. É uma aprendizagem que leva a compreender que o problema do trabalho infantil não deve ser combatido apenas no âmbito da política de assistência social, mas a partir da integração de diferentes políticas na perspectiva de promoção do desenvolvimento local e sustentável.

Além desta aprendizagem e dos resultados diretos e indiretos produzidos pela experiência, ficam ainda outras aprendizagens importantes de serem apropriadas, seja para manutenção e ampliação dos resultados atingidos, seja para a reedição da experiência em outras localidades.

Dividiram-se as aprendizagens em três grupos. As que tratam do **público** do projeto, isto é, as crianças, adolescentes e familiares, no sentido de romper com estereótipos e mistificações que impedem a perfeita interação destes com as ações desenvolvidas; as que tratam da **metodologia** empregada com vistas a identificar o que é preciso manter e o que precisa modificar em novas intervenções; e as que tratam do **problema** do trabalho infantil para que a equipe possa diagnosticar e planejar melhores ações com um maior conhecimento de causa.

¹⁰Coordenadora da Secretaria Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social de Ferraz de Vasconcelos.

Sobre o público do projeto

- As crianças, adolescentes e famílias inseridas no contexto do trabalho infantil nem sempre possuem compreensão clara sobre as dimensões do problema e para muitos é natural o trabalho precoce considerando a falta de perspectivas que possuem em suas comunidades. No caso dos jovens há ainda o entendimento de que o trabalho os valoriza dentro da comunidade e da família, sendo, para muitos, uma condição para conquista de sua autonomia. Essa forma de pensar dos jovens é reforçada pela própria sociedade que, veladamente, aceita o trabalho infantil - principalmente, no caso dos meninos adolescentes - considerando que esta seria uma forma de evitar que os jovens entrassem para o mundo do crime;
- A deficiência de aprendizagem é uma característica marcante de grande parte das crianças que começam a trabalhar precocemente. O esforço do trabalho pesado e os horários extensivos, tanto ocasionam a perda de concentração em sala de aula, como ocasionam o excesso de faltas e, conseqüentemente, o abandono e evasão da escola. Além disso, há uma relação de descrédito com a escola por grande parte dos jovens que trabalham, não acreditando que ela poderá lhes fornecer um futuro melhor, justamente pela falta de sentido que a escola imprime junto ao jovem;
- Grande parte das crianças que trabalham em presença de adultos e sem a devida proteção dos pais por perto, especialmente, no caso do trabalho informal urbano e do trabalho infantil doméstico, são vítimas de outros tipos de violências como abuso sexual e espancamentos;
- A carência afetiva da criança trabalhadora é grande considerando os poucos momentos de contato afetivo e lúdico que possui com a própria família. No caso do trabalho informal urbano, a criança estabelece uma autonomia de trabalho que a faz, muitas vezes, abandonar de vez a família passando a ser moradora de rua;
- Há uma heterogeneidade na composição das famílias das crianças atendidas, que deve ser considerada e respeitada. Em muitas, não há a figura paterna e, em outras, as relações são diversas podendo ser a principal referência da criança o avô, avó, tio, tia, padrinho, madrinha, irmãos mais velhos ou pessoas sem nenhuma relação de parentesco;



- Apesar da necessidade de potencializar sua capacidade de gerar renda, as famílias em função da baixa escolaridade e de uma vida de exploração e desvalorização, nem sempre se sentem capazes de assumir uma ação empreendedora. Muitos pais também começaram a trabalhar quando crianças, em situações de violações que lhes retirou a confiabilidade em si mesmos, prejudicando sua auto-estima. No caso específico das mulheres que ainda sofrem com o preconceito de gênero, esta situação é mais crítica considerando que grande parte tem que assumir sozinha o sustento da casa.

Sobre a Metodologia

- A ação com foco na geração de renda deve ser implementada em um plano de médio ou longo prazo, considerando não apenas a fase de formação e desenvolvimento de habilidades, mas todas as fases de estímulo ao empreendedorismo e comercialização;
- É imprescindível a equipe de coordenação e técnica ter uma postura dialógica e integradora, no sentido de possibilitar ao máximo a participação dos diferentes atores sociais;
- Os intercâmbios e trocas de experiências possuem um valor significativo na geração de resultados, seja com crianças e familiares, seja com técnicos e profissionais da assistência, saúde e educação, principalmente ao possibilitar o conhecimento de experiências de lugares diferentes, mas com contextos semelhantes;
- Ter parceiros locais com capilaridade no município auxilia no trabalho de mobilização e articulação local;
- É fundamental conhecer a dinâmica local e verificar os tempos e distâncias de cada localidade onde será implementado o trabalho. No caso das zonas rurais, as dificuldades de transporte, acesso e infra-estrutura de determinadas localidades podem comprometer metas superestimadas e implicar na revisão da metodologia a ser utilizada;
- Os pactos por ações efetivas pela erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador são importantes para mobilizar, criar um marco e compromissar os atores locais com o projeto, mas precisam ser acompanhados por planos de ações com responsáveis para que não se tornem um mero evento político;

- Tanto no trabalho com crianças e adolescentes, quanto com famílias e técnicos, as metodologias lúdicas e participativas auxiliam na descontração dos encontros, no entendimento dos conteúdos e criam vínculos de proximidade entre os participantes, necessários para uma ação que pretende sensibilizar e motivar pessoas para uma causa;
- A articulação com as escolas e com os profissionais da educação permite não apenas identificar com maior eficácia e eficiência crianças e adolescentes trabalhadores, mas ajuda a mobilizar e sensibilizar o segmento escolar para que possa ser parceiro na prevenção e erradicação do trabalho infantil. Neste caso, é preciso ações de capacitação e formação de multiplicadores que possam disseminar dentro das escolas dados sobre o trabalho infantil e inserir o tema frequentemente na agenda escolar;
- As ações coletivas exigem um esforço de construção do consenso que sempre demandam mais tempo da equipe. Entretanto, é o esforço que melhor produz resultados e que garante que outros atores, além da equipe responsável pelo projeto, assumam a sustentabilidade dos resultados atingidos e ações iniciadas;
- O diagnóstico e o mapeamento da realidade local devem ser planejados com antecedência e por profissionais que conheçam a realidade e o tema a ser investigado para evitar que instrumentais e metodologias não adequadas sejam utilizados. No caso das piores formas de trabalho infantil não é possível padronizar instrumentais e técnicas de abordagem devido às especificidades de cada forma.

Sobre o trabalho infantil e suas piores formas

- A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e o tráfico de drogas são tipos de violações que envolvem grupos armados e que implicam em riscos que devem ser considerados, tanto nas ações de mapeamento, quanto de atendimento às crianças e adolescentes;
- Os programas de transferência de renda não são suficientes para retirar crianças da situação de trabalho, precisam estar articulados com ações de educação, assistência social e geração de renda;



- As especificidades históricas, geográficas, sociais e culturais de cada localidade devem ser consideradas nas ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil. Apesar da agricultura familiar ter características comuns, as diferenças regionais interferem na forma como determinadas intervenções são acolhidas. Se a comunidade, por exemplo, possui um histórico de programas assistenciais que não tiveram êxito, suas reações aos novos projetos serão diferentes de outras com projetos em que os resultados são visíveis e valorizados por todos;
- A opção de trabalhar com as piores formas de trabalho infantil não pode naturalizar as demais, pois todas as formas de trabalho infantil são condenadas pela lei e posturas equivocadas podem gerar o entendimento que algumas são aceitáveis e outras não;
- Há uma cultura, tanto em parte das famílias pobres, quanto em parte das famílias de classe média, de que o trabalho infantil doméstico é menos nocivo do que as demais formas e, que em muitos casos, traz mais benefícios para criança do que malefícios. Esse tipo de cultura prejudica o combate de todas as formas do trabalho infantil, dificultando o mapeamento do problema que se torna um mal invisível;
- Apesar da necessidade de complementação de renda ser uma das principais causas do trabalho infantil, a cultura de que o trabalho enobrece o homem faz com que o trabalho de crianças e adolescentes seja visto como valor tanto pela família, quanto pelos próprios jovens que se recusam em sair do trabalho;

Desafios

Para disseminação das ações (pelo olhar de quem for reeditar)

- Conhecer e assumir o trabalho infantil como um problema a ser resolvido;
- Não ter medo de expor o problema, expor o município ou expor a figura do prefeito;
- Construir coletivamente – poder público, sociedade civil, empresários e trabalhadores;

- Delimitar o território de atuação dentro do município;
- Garantir o trabalho com famílias considerando os poucos recursos existentes nos programas de prevenção e erradicação do trabalho infantil;
- Envolver e mobilizar constantemente a mídia para a questão;

Para sustentabilidade dos resultados

- Identificar pessoas para a coordenação colegiada dos fóruns com perfil de animadores, mobilizadores, articuladores e compromissados com a causa do trabalho infantil;
- Continuidade das ações de geração de trabalho e renda, tendo em vista que o tempo foi exíguo para consolidar uma cultura nesta área;
- Criar mecanismo de distribuição e de venda de produtos das oficinas de geração de trabalho e renda;
- Oferecer programas de aprendizagem para adolescentes na faixa etária entre 14 e 18 anos que se enquadrem dentro da legislação e realmente forneçam ao jovem perspectiva de desenvolvimento profissional e cidadão;
- Estimular a ação articulada entre os diferentes conselhos e comitês dentro do município (PETI, Assistência Social, Educação, Criança e Adolescente, Saúde etc).
- Sensibilização constante do professor e de outros profissionais da educação, da saúde e da assistência;
- Fortalecer as políticas de creches, de educação infantil e de ensino médio e técnico nas localidades mais distantes;



“Faz parte de nossa filosofia, trabalharmos o futuro impactando o presente. Até a adolescência temos que focar no desenvolvimento de crianças e jovens em todos os seus direitos. Entendemos que nesse período, para que esse desenvolvimento se cumpra, não é possível haver trabalho. Portanto, para nós foi e será sempre importante equilibrar e produzir soluções em direção a nossa filosofia”. Sérgio Amoroso, Presidente do Grupo Orsa e instituidor da Fundação Orsa.

ROMPENDO FRONTEIRAS E AMPLIANDO HORIZONTES: O AMADURECIMENTO INSTITUCIONAL NA LUTA CONTRA O TRABALHO INFANTIL

A decisão de integrar o Projeto Cata-Vento implementado dentro do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da Organização Internacional do Trabalho significou para a Fundação Orsa sua legitimação dentro de um campo onde, até o momento, não havia uma ação focada, sendo o tema trabalhado dentro do contexto geral das ações da Fundação.

Além dos resultados efetivos conquistados ao longo de um ano e meio de execução, teve como importante impacto o reconhecimento de diversos atores que atuam na prevenção e erradicação do trabalho infantil, conseguindo concluir este processo como uma instituição legitimada no tema e com destaque especialmente no campo da mobilização social e articulação política.

A atuação em escala seja pelo total de crianças, adolescentes e familiares atendidos seja pela dimensão geográfica do projeto em 5 municípios de grandes distâncias dentro do Estado de São Paulo, permitiu aproximar laços e fortalecer redes com organizações de atendimento, escolas, órgãos públicos e gestores de diferentes esferas e segmentos de política. Suas ações conseguiram mobilizar desde a ponta do atendimento até os gestores e controladores de políticas.

A participação de prefeitos, secretários e gestores de órgãos estaduais e federais em inúmeras atividades em todos os municípios e nas comissões e fóruns criados é um importante indicador deste fortalecimento do capital social e político em torno do problema do trabalho infantil, em especial sobre suas piores formas. Em municípios

onde o tema ainda estava restrito às ações da área da assistência social foi possível colocá-lo na agenda de outras áreas de política e segmentos sociais, ampliar resultados e articular esforços tanto com outros municípios, quanto com o Estado e a União.

"Foi uma parceria extremamente oportuna, viável e além de tudo efetiva. Oportuna, no sentido de vir num momento muito importante de nossa administração, pois possibilitou à mesma a oportunidade de conhecer melhor a problemática do trabalho infantil no nosso município, bem como conhecer os mecanismos para a prevenção e erradicação desse problema social, e efetiva, no sentido de se ter implementado um Fórum Regional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, e com isso ter mobilizado e articulado toda a região, dando visibilidade aos problemas e demonstrando que juntos, Poder Público e Sociedade Civil, podem resolver os problemas de forma mais eficiente, eficaz e efetiva. O município de Ferraz de Vasconcelos já recebeu através de Entidades Sociais e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, recursos para dois projetos que visam erradicar o trabalho infantil no município. Portanto, só tenho uma palavra para esta parceria: Sucesso!" Jorge Abissamra, Prefeito Municipal de Ferraz de Vasconcelos.

O abraço à causa

Um passo importante dado pela Fundação Orsa que demonstrou esta disposição institucional de assumir de forma efetiva o tema do trabalho infantil como um dos seus focos de atuação, foi a adesão ao Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, participando ativamente da estruturação e planejamento inicial das ações do Fórum. Como consequência dessa participação, a Fundação Orsa foi indicada para ser a gestora do Projeto Cata-Vento no estado de São Paulo.

"A Fundação Orsa, desde sua criação em 1994, sempre pautou suas ações de atendimento direto na promoção dos direitos da criança e do adolescente. Quando falamos em promover os direitos da criança e do adolescente, obviamente falamos em protegê-los de toda e qualquer forma de violação, incluindo o trabalho infantil. Ao longo desses anos, o trabalho infantil sempre foi pautado nas unidades de atendimento da Fundação Orsa. Porém, o convite em 2004 para executar o Projeto Cata Vento no Estado de São Paulo trouxe a expectativa de qualificar a atuação da Fundação no tema, em especial nas suas piores formas. Além disso, por ser uma fundação empresarial, o comprometimento



com o tema trabalho infantil se fazia muito mais presente, principalmente pela atenção que sempre se deve ter com a cadeia produtiva de um grupo empresarial”. Ione Souza Coordenadora de Operações Técnicas da Fundação Orsa.

O fato de ter capilaridade dentro do Estado de São Paulo e presença logística na maior parte dos municípios do escopo do Projeto Cata-Vento teve peso importante na decisão do Fórum Paulista, mas, o fator determinante foi o reconhecimento ao seu engajamento crescente no tema do trabalho infantil e a postura colaborativa e participativa que a instituição assumiu dentro do Fórum. Além de condições estruturais, era imprescindível uma instituição com posicionamentos firmes contra o trabalho infantil e credibilidade de ações.

Do atendimento direto para a mobilização social e a ação em rede

Apesar de significar um importante reconhecimento ao trabalho da Fundação, a indicação para estar à frente do Projeto Cata-Vento no estado de São Paulo implicou para a organização um repensar de suas estratégias institucionais. De organização com especialização no atendimento direto à criança e ao adolescente, a Fundação Orsa amplia seu escopo aprimorando suas ações de mobilização social e ação em rede.

A ação próxima ao Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil durante toda a execução do Cata-Vento é um exemplo claro desta nova postura institucional. A preocupação com o andar conjunto, o respeito às decisões coletivas e a criação de sinergias passa a ser um pressuposto institucional que fornece diretriz para todas as ações a serem desenvolvidas.

“No transcorrer do Projeto Cata-Vento, a Fundação ORSA solidificou o seu compromisso social. A equipe executora do projeto desenvolveu com competência as ações de sensibilização, mobilização e articulação em cada um dos municípios contemplados, assumindo integralmente a missão e objetivos a que se propôs. Criou um espaço de comunicação e de integração, em parceria com a OIT e o Fórum Paulista, onde ofereceu suporte institucional e técnico às ações de combate ao trabalho infantil em cada região e município, favorecendo e qualificando o alcance das metas propostas”. Sílvia Paula Vendramin Brunetti, membro da Coordenação Colegiada do Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

A ação em rede, dentro do Cata-Vento, envolvia e dependia de ações entrelaçadas e articuladas com outras organizações da sociedade civil, prefeituras e órgãos dos governos estadual e federal. No campo do atendimento direto, as ações são de total controle do executor, mas no campo da mobilização social os resultados dependem de quantos nós formam o entrelaçado da rede. Implica criar laços de confiança não apenas no trabalho da própria Fundação, mas no trabalho dos parceiros, e aprender a lidar com os limites e valorizar as competências e especificidades de cada um dentro da ação conjunta.

“Essa parceria com o Cata-Vento tem sido fundamental para que o Programa São Paulo Protege suas Crianças tenha êxito no município, visto que promove e amplia a sinergia das ações, pela mobilização e integração de parceiros governamentais e não governamentais e pela construção de agenda comum capaz de potencializar resultados, construindo ambientes favoráveis à ação em rede para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes” Floriano Pesaro, Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social da cidade de São Paulo.

Uma nova lógica administrativa

Nos municípios, a parceria com as administrações e organizações locais exigiu ainda aprimorar, como competência institucional, a flexibilidade de gestão considerando as diferentes dificuldades de cada localidade. Ao aceitar o convite do Fórum Paulista e assumir o desafio do Cata-Vento, a Fundação Orsa teve que rever seus procedimentos de gestão administrativa e se adaptar às exigências de um Programa de Duração Determinada, conforme desenhado pela OIT.

“Projetos como o Cata-Vento, levam as organizações a repensarem seus procedimentos internos, uma vez que as ações acontecem com uma velocidade maior que o estabelecido. As organizações aprendem a gerenciar projetos e deixam de gerenciar processos. Acredito que a Fundação Orsa soube rever seus procedimentos, adequando-os ao andamento e necessidade do Cata-Vento, facilitando sua execução técnica e financeira. Com isso, a equipe foi munida de ferramentas necessárias para o bom desenvolvimento do projeto, gerando assim uma relação de parceria entre as diversas áreas da Fundação”. Edmilson Selarin Junior, Coordenador do projeto.



Municípios como São Paulo e Campinas com densidade populacional e complexidades maiores apresentavam no trato com os atores locais questões diferentes de municípios menores. Aspectos como infra-estrutura de serviços locais, distância entre comunidades, articulação com políticas estaduais e federais, entre outros, interferiam em todo processo de planejamento, implementação e acompanhamento do projeto. Reestruturar processos administrativos era necessário para garantir cumprimento de prazos, metas e resultados.

“A Fundação Orsa vem buscando aprimorar seus processos de gestão de projetos, principalmente nos processos de avaliação e monitoramento. Para tanto em 2003 chegou a criar um setor denominado escritório de gestão de programas e projetos. Esse setor foi um ensaio de criação de um “PMO” ou escritório de projetos, porém ainda carecíamos de ferramentas adequadas e de um foco institucional que viabilizasse a proposta. Com as diretrizes, ferramentas e exigências de monitoramento impostas pela OIT, pudemos nos focar e nos instrumentalizar para implantação formal desses processos na organização. Do ponto de vista técnico a clareza do objetivo e das metas, os limites apresentados nos cronogramas e os indicadores muito bem definidos no planejamento, nos levaram a várias reflexões e discussões internas que contribuirão na formulação e reformulação de outros projetos” Olavo Gruber – Gerente Geral da Fundação Orsa.

O olhar diagnóstico

Ingressar com o Cata-Vento em um campo que já contava com um conjunto de ações de políticas e já envolvia atores diferentes da sociedade civil e do poder público, requeria uma boa análise de conjuntura e da correlação de forças existentes em cada localidade, no sentido de compreender precisamente em quais situações a ação teria mais impacto e junto com quais atores.

Em um trabalho de mobilização social este olhar diagnóstico e a compreensão sobre como se estrutura o capital social local é estratégico. Entrar neste campo de ação requer maturidade institucional, profundo respeito pelas diversidades existentes e plena disposição para o diálogo e escuta. Competências e pressupostos que não se

desenvolvem em cursos ou na leitura de livros, mas no decorrer da maturidade institucional construída na vivência refletida das experiências coletivas e solidárias. No caso do Cata-Vento, este olhar ainda foi crucial para compreender as necessidades diferenciadas de cada município e perceber que em cada um seriam necessários esforços diferenciados.

“Foi de grande importância a parceria com a Fundação Orsa no tema do trabalho infantil, pois nos proporcionou a oportunidade de conhecermos a nossa realidade através do diagnóstico realizado. Além do mais, conseguimos trazer para os nossos projetos de geração de renda as famílias das crianças de trabalho infantil, possibilitando às famílias perceberem outras formas de renda. Também ficamos muito agradecidos por esta parceria que além de capacitação técnica nos trouxe recursos financeiros que foram investidos nos cursos de geração de renda proporcionado pela municipalidade, o que possibilitou atender muito mais famílias, e, mantermos a qualidade de nossos produtos. Quero agradecer a toda equipe da Fundação Orsa que não mediu esforços para que o Projeto Cata-Vento atingisse seu objetivo, além de deixar no Município os meios de continuarmos com o Fórum que são um instrumento de trabalho dos mais valiosos. Acredito que quando a união entre o poder público e o privado tem como meta o investimento no ser humano a parceria é das mais felizes e traz benefícios a todos, pois, o melhor investimento que um ser humano pode fazer é no outro. Em nome do Prefeito José Pereira de Aguiar e de todos os funcionários da Secretaria Municipal de Assistência Social meus sinceros agradecimentos a todos vocês da Fundação Orsa”
Antonia Aparecida Decanini Marcelino, Secretária Municipal de Assistência Social de Caraguatatuba.

Neste sentido, participar do Cata-Vento significou mais do que acrescentar uma nova ação no currículo institucional da Fundação Orsa. As aprendizagens produzidas, as estratégias adotadas e o envolvimento e comprometimento da equipe com o tema garantiu resultados e impactos não apenas no campo da prevenção e erradicação do trabalho infantil, mas para dentro da instituição. A incorporação do novo foco temático e o fortalecimento da estratégia no campo da mobilização social são resultados produzidos por um processo de amadurecimento institucional que se solidificou na relação parceira e em rede.



O reconhecimento do trabalho desenvolvido é notório pelos depoimentos de gestores e técnicos que acompanharam o desenvolver do Cata-Vento no estado de São Paulo e que são testemunhas desses resultados.

“A Fundação Orsa, na condição de gestora do Projeto Cata-Vento, desenvolveu papel de alta relevância no combate ao trabalho infantil, com resultados comprovados em cinco Municípios do Estado de São Paulo, notadamente: Campinas, Itapeva, Caraguatatuba, Ferraz de Vasconcelos e São Paulo no bairro de São Mateus. Deve ser ressaltada a gestão próxima e atenta da Fundação Orsa junto a execução do Projeto Cata-Vento, decisiva no resguardo aos direitos da criança e do adolescente.” Maria José S. C. Pereira do Vale, Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho da 2ª Região SP.

Neste sentido, esta sistematização mais do que registrar **processos e aprendizagens** construídos no decorrer da experiência Cata-Vento no estado de São Paulo registra o quanto estes **processos e aprendizagens** contribuíram para um repensar estratégico institucional. É o registro sobre o quanto é necessário repensar ações, conceitos e posturas se realmente o esperado é a promoção de transformações sociais.

A luta contra o trabalho infantil e suas piores formas é uma luta que apenas terá fim quando os esforços forem de muitos e de muitos diferentes. Foi neste caminho da sinergia e da união de esforços que trilhou a Fundação Orsa com a experiência do Projeto Cata-Vento. Consciente de que sozinha não conseguiria resultados, estreitou laços, fortaleceu redes, se aproximou de diferentes.

São aprendizagens importantes, organizadas nesta sistematização justamente para influenciar novos atores interessados no caminhar coletivo e na luta pelo bem comum de milhares de crianças e adolescentes pobres marcadas pelo sofrimento do trabalho ilegal. Uma luta que já conta com inúmeros parceiros nacionais e internacionais, mas que sempre precisará de novos braços, novas idéias e novas redes. Que esta leitura seja mobilizadora o suficiente para contagiar e conquistar novos adeptos para esta luta e para fortalecer novas redes e articulações em qualquer local onde crianças e adolescentes estejam com seus direitos violados.

